



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 52

II Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 23 de março de 2018

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer da sessão pela Deputada Graça Silva) e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Entrando diretamente na Agenda da Reunião deu-se continuidade à votação da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XI – “Quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das câmaras municipais na Região Autónoma dos Açores e quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 5/2003/A, de 11 de março, que estabelece normas de polícia administrativa para a Região Autónoma dos Açores”](#).

No debate na especialidade usaram da palavra os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), João Vasco Costa (*PS*), César Toste

(*PSD*), António Lima (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), André Bradford (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Seguiu-se a apresentação do Relatório da Comissão de Economia sobre a [Petição n.º 11/XI – “Pela revogação da concessão marítima para a construção do Azores Aquarium no porto de Ponta Delgada”](#), apresentada por Jorge Manuel de Moraes Kol de [Carvalho](#), na qualidade de primeiro subscritor.

Após a leitura do relatório pelo relator da Comissão, o Sr. Deputado Carlos Silva, usaram da palavra os Srs. Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*), António Lima (*BE*), a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), e os Srs. Deputados João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*). Usou ainda da palavra para proferir uma intervenção o Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*).

Pelo Sr. Deputado João Paulo Ávila, relator da Comissão de Assuntos Sociais, foi apresentado o relatório sobre a [Petição n.º 17/XI – “Pela continuidade das sessões de conto dinamizadas pelos atuais contadores de histórias na Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro”](#), apresentada por Fernanda Maria Correia [de Sousa](#), na qualidade de primeira subscritora.

Proferiram intervenções as Sras. Deputadas Isabel Quinto (*PS*), Mónica Seidi (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Zuraida Soares (*BE*) e os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e João Paulo Corvelo (*PCP*).

Em seguida foi debatido o [Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 78/XI – “Ligações](#)

marítimas diárias da Atlânticoline a todas as ilhas do grupo central e restabelecimento da ligação entre a Calheta de São Jorge e o Porto das Pipas”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Justificada a urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado Luís Rendeiro (*PSD*), usaram da palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) e os Srs. Deputados, António Lima (*BE*), André Rodrigues (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e João Paulo Corvelo (*PCP*).

Submetido à votação o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto o Sr. Deputado Luís Rendeiro (*PSD*), as Sras. Deputadas Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*) e os Srs. Deputados André Rodrigues (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Pelo Sr. Deputado João Vasco Costa, relator da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia, foi feita a apresentação do relatório e parecer intercalar relativo à apresentação de propostas legislativas inseridas no âmbito e objeto da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia (CEVERA).

Por unanimidade foi aprovado o Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 80/XI – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório final da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia (CEVERA)”,

apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, BE e Representação Parlamentar do PCP.

Apresentado o [Projeto de Resolução n.º 80/XI – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório final da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia \(CEVERA\)”](#), pelo Sr. Deputado Francisco Coelho (PS), o mesmo foi aprovado por maioria.

Por unanimidade foi aprovada a **Proposta de Deliberação final que declara findo o período legislativo de março.**

Os trabalhos terminaram às 15 horas e 18 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos começar pela chamada, Sr. Secretário.

Eram 10 horas e 08 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dionísio Medeiros Faria e **Maia**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

João Paulo Lopes Araújo **Ávila**

João Vasco Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório **Ávila**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Miguel António Moniz **Costa**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Susana Goulart **Costa**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira **Miguel**

Artur Manuel Leal **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário. Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Terminámos os nossos trabalhos de ontem com a votação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 10/XI**. Vamos dar continuidade às votações.

Votámos ontem a proposta de alteração apresentada pelo PSD à alínea b) do artigo 43.º. Vamos então agora votar a proposta de alteração do PS a esta mesma alínea.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 16 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos agora à proposta de aditamento apresentada pelo PSD à alínea o), do artigo 43.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: O PS tinha uma proposta de alteração também para esta alínea, mas é de igual teor, logo fica prejudicada com esta aprovação. Sendo assim passo à proposta de aditamento apresentada pelo PSD, uma alínea p), ao artigo 43.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento anunciada foi rejeitada com 26 votos contra do PS, 4 votos contra o CDS-PP, 16 a favor do PSD e 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos agora à proposta de aditamento apresentada pelo PS, também à alínea p), do artigo 43.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 16 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos então agora votar o artigo 43.º com as alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 16 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 48.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Coloco então agora à votação o artigo 48.º com esta alteração acabada de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos então agora às propostas de alteração apresentadas para o artigo 50.º.

Coloco à votação, em primeiro lugar, a do CDS, para o n.º 1.

Sr. Deputado Alonso Miguel tem a palavra.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Esta proposta tinha como objetivo resolver a questão da nova redação que punha como imposição que não houvessem touradas no mesmo dia para freguesias contíguas, mesmo de concelhos diferentes. Portanto, a proposta ia no sentido de, quando isso acontecesse, fosse as câmaras municipais a decidir se havia ou não incompatibilidade.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração apresentada pelo PSD, porque foi a primeira que deu entrada na Mesa, ao n.º 2 do artigo 50.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Fica então assim prejudicada a proposta de alteração do CDS para este artigo e coloco então agora à votação, e penso que o posso fazer em conjunto, os dois aditamentos apresentados pelo CDS a este artigo 50.º (os dois em conjunto), portanto, o 3 e o 4.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Sr. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de aditamento anunciadas foram rejeitadas com 26 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos então agora votar o artigo 50.º com as alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Muito bem! Vamos então avançar para as propostas de alteração ao artigo 52.º. Coloco à votação a proposta apresentada pelo PSD à alínea a), do n.º 1, do artigo 52.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP e 2 votos contra do BE.

Presidente: Tendo sido aprovada esta proposta de alteração fica prejudicada a do Partido Socialista que era de igual teor.

Sendo assim coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD à alínea b), no 1, do artigo 52.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

Presidente: Tendo sido aprovada, fica também prejudicada a proposta de alteração do PS a esta alínea e por último, neste número naturalmente, coloco à votação a proposta de alteração do PS à alínea c), do n.º 1, do artigo 52.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de eliminação apresentada pelo PSD ao n.º 3 do artigo 52.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 26 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 16 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: A proposta foi efetivamente chumbada, mas fica igualmente chumbada a proposta apresentada pelo PS, porque também era de eliminação deste n.º 3.

Sr. Deputado João Vasco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A questão é que o PS vota contra esta proposta de alteração apresentada pelo PSD, porque não refere eliminado, refere revogado. Portanto, só se pode revogar aquilo que existe e esta alteração proposta pelo Governo ainda não está em vigor, daí que faça sentido eliminar e não revogar. Foi por isso que nós propomos...

Presidente: Portanto, estamos a falar de um preciosismo técnico, Sr. Deputado, neste caso.

O Orador: É sim. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Exato. Fica feito o esclarecimento.

Com esta questão, eu então terei que colocar à votação a proposta do PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao n.º 4 deste artigo 52.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

Presidente: Fica prejudicada, tendo sido aprovada esta proposta de alteração, a proposta apresentada pelo PS a este mesmo número.

Vamos então votar o artigo 52.º com as alterações aprovadas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Sr. Deputado João Vasco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Obrigado, Sra. Presidente. Era uma interpelação.

Eu verifico que passou à votação em conjunto do artigo 52.º sem considerar a votação do n.º 5 apresentada na proposta do PSD.

Presidente: É um erro esta inscrição. Quer o n.º 2 deste artigo 52.º, na proposta de alteração do PSD, quer o n.º 2, quer o n.º 5, são cópia

da proposta de alteração existente, por isso é que não coloquei à votação, nem um, nem outro.

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Está esclarecido.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao n.º 3 do artigo 54.º.

Sr. Deputado João Vasco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu peço imensa desculpa. Passou-me este pormenor, que não é um pormenor, até por maior, relativamente à votação que fizemos no artigo 52.º. Foi votada uma proposta, a alínea c) do Partido Socialista, que é exatamente idêntica à proposta apresentada pelo PSD que já tinha sido votada.

Portanto, se pudéssemos repetir a votação nessa parte, ou considerá-la prejudicada no conteúdo.

Presidente: Sr. Deputado, estamos a falar da alínea c), do n.º 1, do 52.º?

O Orador: Exato.

(*) **Presidente:** Vamos então repetir a votação, uma vez que ainda estamos no mesmo artigo.

Nós vamos ter que repetir duas votações então. Vamos repetir a votação à proposta de alteração...

Eu preciso deste esclarecimento. A proposta de alteração à alínea c), do n.º 1 é do PS. Ela foi votada e foi aprovada, porque o PSD não tem nenhuma proposta de alteração para esta alínea c). A minha dúvida é esta.

O que foi efetivamente votado foi o n.º 4, do artigo 52.º. Foi aprovada a proposta do PSD e o PS também tinha uma proposta de alteração. É esta que quer que se corrija? Não!

Então, Sr. Deputado João Vasco Costa, para esclarecer a Mesa...

(*) Deputado João Vasco Costa (PS): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que se passa é que a proposta da alínea c), do n.º 1, do artigo 52.º, apresentado pelo Partido Socialista, é idêntica à proposta apresentada na alínea b), pelo Partido Social Democrata.

Portanto, há desnecessidade de estar a votar duas coisas iguais. O conteúdo é o mesmo.

Presidente: Já percebi, Sr. Deputado. Realmente não era assim de tão fácil perceção.

Então vamos repetir a votação da alínea c), do n.º 1, do artigo 52.º, e depois faremos a votação novamente do artigo 52.º com as alterações aprovadas para que todas as votações ao abrigo deste artigo fiquem incluídas.

Está então à votação a alínea c), do n.º 1, do artigo 52.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 26 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Agora sim, vamos então votar o artigo 52.º com todas as votações que fizemos ao abrigo deste artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração apresentada pelo PSD ao n.º 3, do artigo 54.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Fica prejudicada a proposta apresentada pelo PS, por ser de igual teor e passo então agora à votação da proposta de alteração pelo PS ao n.º 5 deste mesmo artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos agora à votação do artigo 54.º com estas alterações que foram aprovadas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 61.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 26 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração... Sr. Deputado João Vasco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Era só um esclarecimento, porque o Partido Socialista vota contra esta proposta apresentada pelo PSD por uma impossibilidade de facto, é que não existe Direção Regional de Veterinária.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente. Obrigada, Sr. Deputado.

Passamos agora à proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 63.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 15 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Votamos agora o artigo 63.º com esta alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao n.º 1, do artigo 64.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 26 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 4 votos abstenções do CDS-PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Então passamos à votação da proposta de alteração, desta feita apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 16 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há um erro relativamente a isso, mas quando nós assumimos a questão Direção Regional de Veterinária foi exatamente perante um parecer da parte do núcleo criador, em que eles afirmavam que devia ser uma entidade mais idónea e não o médico assistente da ganadaria, que muita vez podia não ter pareceres muito favoráveis, ou dúbios, relativamente a essa situação.

Por isso mesmo, e nós aceitando e vendo a situação de alguém mais idóneo dentro da linha das touradas, pudesse fazer esta aceitação.

Portanto, vai neste sentido, aceitando também esta situação. O termo não está correto, mas a intenção é mesmo que fosse uma entidade externa às ganadarias.

Obrigado.

Presidente: Vamos continuar com as nossas votações.

Passamos agora à proposta de alteração do PSD ao artigo 65.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, eu agradeço que se sentem, porque faltou-me aqui uma votação. Faltou votar o artigo 64.º com a alteração aprovada. É isso que coloco agora à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 16 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos então, como dizia há pouco, votar a proposta de alteração do PSD ao artigo 65.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 26 votos contra do PS, 1 voto contra do PPM, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos então agora às propostas de alteração ao artigo 78.º. Coloco em primeiro lugar a proposta de alteração apresentada pelo PSD, uma alteração ao n.º 2 do artigo 78.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 26 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 16 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O artigo 78.º da proposta do Governo, agora com as propostas de alteração, vão de certa forma tornar esta situação menos caricata, e até diria ridícula, de se impor limites ao número de agentes que fazem a segurança neste tipo de eventos nas touradas à corda.

As propostas de alteração por parte do PSD e do PS tornam a situação menos caricata e menos ridícula, mas não a resolvem, porque vão exigir à PSP que justifique aquilo que a PSP considera que é o necessário para assegurar a segurança pública, a segurança de pessoas e bens, e esta situação não é de forma alguma aceitável

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, eu queria só prestar um esclarecimento à câmara. Logicamente vou dar a palavra ao Sr. Deputado João Vasco Costa, mas às vezes com o decorrer do debate, também há coisas que temos que recentrar. Relembrar que não são permitidas declarações de voto parciais, como todos sabem, só no final da votação final global.

Todas as intervenções que existiram até agora foram depois da votação, o que de certa forma dá conta de que há um assumir daquilo que foi votado. Portanto, apenas pedia que as intervenções pudessem ser feitas antes do articulado para depois não me acusarem de que não estou a ser imparcial, nem estou a cumprir com a praxe da casa.

Sr. Deputado João Vasco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Em face do que diz, eu fico meio confuso se posso ou não fazer a minha declaração.

Agradeço a palavra que me dá. É para responder ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, a uma dúvida que suscitou ontem a propósito do número, se existe um limite tabelado, ou se são todas iguais, em termos de efetivos de agentes da PSP.

Ao que parece, que resultou das audições que fizemos, é isso também depende se tem vários entroncamentos ou não e se precisam mais agentes para tapar cada um dos entroncamentos. Varia em função disso.

Relativamente àquilo que disse o Sr. Deputado António Lima, eu lamento discordar de si, porque não vejo que a PSP possa gozar de um estatuto de discricionariedade absoluto.

Portanto, quando se pede para fundamentar, todas as entidades que têm o ónus de decidir numa situação dessas devem-no fazer, e acho que a proposta apresentada quer pelo PSD, quer pelo PS, vão ao encontro dessa necessidade.

Era isso que me aprazia dizer, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então, tendo sido rejeitada esta proposta de alteração do PSD, colocar à votação a do PS a este mesmo n.º 2, do artigo 78.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Sr. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 16 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, ao n.º 3, do artigo 78.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 26 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 78.º com a alteração que aprovámos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM, 16 votos contra do PSD e 2 votos contra do BE.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 79.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos então agora o artigo 79.º com esta alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao n.º 1, do artigo 80.º .

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 26 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE, 16 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Votamos então agora o artigo 1.º da proposta apresentada pelo Governo que altera todos os artigos, aqueles que não foram votados individualmente.

Nós votámos só as propostas de alteração e os artigos que sofreram propostas de alteração. É necessário votar todos os restantes artigos

que o Governo propõe alterar ao abrigo do artigo 1.º deste diploma, nomeadamente que altera artigos do DLR 37/2008/A. É o artigo 1.º todo. Penso que poderá ser todo, estou a partir desse pressuposto, porque os artigos que vamos votar são os que não tiveram propostas de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Entramos agora nas propostas de alteração ao artigo 2.º deste diploma.

A primeira a ser votada é uma proposta de eliminação à alínea a), do n.º 1, do artigo 72.º-A (este artigo 2.º engloba uma série de aditamentos ao diploma original), apresentada pelo Partido Socialista.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que o Partido Socialista não iria explicar a sua própria proposta de alteração, mas eu farei esse trabalho.

A proposta de alteração que o Partido Socialista apresenta elimina a alínea a), n.º 1, do artigo 72.º-A, que diz o seguinte:

“Não podem ser realizadas manifestações taurinas de carácter popular na data de realização de atos eleitorais ou referendos de qualquer natureza”.

Ora, ainda o ano passado esta Casa aprovou e bem, um estudo, sobre a abstenção nos Açores. Esta proposta do Partido Socialista demonstra bem a preocupação do Partido Socialista com a abstenção nos Açores ao agora vir permitir que haja manifestações taurinas nos dias de eleições ou referendos.

Meus senhores, se ainda for a tempo (penso que o estudo já está atrasado) peçam para incluir esta alteração no estudo.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão... Sr. Deputado, calma.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah, pois!

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Calma, Sr. Deputado! A gente sabe que o senhor é “polícia”, mas...

(Risos da Câmara)

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados,

Srs. Membros do Governo:

Acabei de ser praxado nesta Casa.

(Risos da Câmara)

Eu concordo com aquilo que foi dito pelo Bloco de Esquerda. Este tema já foi aqui apresentado para estudo e debate nesta Casa, a questão da abstenção.

Inclusivamente o Partido Socialista mostrou-se muito empenhado em perceber as razões da abstenção e tudo isso, e não faz nenhum sentido que agora faça este género de proposta, porque assim o discurso que realiza sobre esta matéria depois tem muito pouco a ver com a realidade concreta dos factos e o esforço que é feito nesse sentido.

É evidente que nós todos vimos como é que foram as eleições na Rússia há muito pouco tempo, com pequenos almoços servidos ao pé das urnas e com folclore à entrada dos respetivos locais de voto. Portanto, uma animação tremenda. Nós todos vimos isso.

Eu acho que este não é o género de democracia que nós queremos na Região Autónoma dos Açores. Não posso acompanhar esta proposta por parte do Partido Socialista.

Tenho até aqui votado favoravelmente uma grande quantidade de proposta de alteração do Partido Socialista nesta matéria e do Governo, e também dos outros partidos que têm aperfeiçoado este diploma, mas esta aqui significa claramente um erro do ponto de vista cívico, um erro do ponto de vista do nosso sistema político e uma contradição enorme em relação à preocupação que teoricamente se

tem em relação à abstenção e nesse sentido não posso apoiar uma proposta deste tipo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado César Toste.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD vota contra esta proposta e vota na sequência de, conhecendo a tradição como nós conhecemos, se no dia das eleições for marcada uma tourada, a população daquela comunidade (não estou a dizer que no total) pode eventualmente se organizar, mas tendo a tradição de ir para o mato logo de manhã, como depois também toda a tourada ter à excursão, vamos diminuir a questão da afluência às urnas, certamente, porque se já há uma desmotivação das pessoas relativamente aos atos eleitorais, com esta situação ainda vai desmotivar ainda mais.

Sabendo que no passado já houve touradas em dias das eleições (é verdade que já houve), nós concordamos com esta alteração que o Governo propõe de nós proibirmos as touradas nos atos eleitorais.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, julgo que não será muito indicado, que daqui desta proposta se infira que o Partido Socialista se deixou de preocupar com a abstenção.

Aliás, fomos nós os promotores da iniciativa de se fazer um estudo sobre a abstenção desde a primeira hora desta legislatura.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: Portanto, fomos nós! Continuamos com essa preocupação e uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa.

Depois esse estudo tem o interesse que tem precisamente porque é feito por alguém com especiais competências para o fazer. Portanto, não me parece que seja mais valiosa a opinião prévia dos Srs. Deputados sobre essa matéria do que propriamente a opinião dos investigadores quando acabarem o estudo.

Portanto, essa coisa de estar a dizer “então mandam fazer um estudo e a gente já vê aqui, à partida, que isto será um contributo enorme para a abstenção”, parece-me desaconselhado em relação à posição de cada partido.

Mas depois há outra coisa. Esse juízo que os Srs. Deputados estão a fazer é um juízo que eu acho que desconsidera a maturidade eleitoral e cívica dos açorianos. O que os senhores estão a presumir é que se as pessoas tiverem uma tourada, preferem ir o dia todo para a tourada do que ir votar, o que diz bem da análise que os senhores fazem das preocupações das pessoas.

Nós partimos de dois princípios: primeiro, como disse o Sr. Deputado César Toste, isto já aconteceu, portanto, não é propriamente algo que seja uma introdução de uma prática que não tivesse acontecido já na Região.

Em segundo lugar, o que tem acontecido na legislação é, de forma gradual, o permitir-se a realização de espetáculos desportivos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor já foi a alguma tourada?

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, tem algum problema?

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Se tem algum problema diga mais alto para eu poder responder.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já foi a alguma tourada, Sr. Deputado?

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Era só isso que o senhor queria que eu esclarecesse?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era!

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado André Bradford possa continuar a sua intervenção dentro da normalidade.

O Orador: Eu gostava, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado André Bradford, tem a palavra.

O Orador: Muito obrigado.

Depois, dizia eu, que há mais recentemente uma prática de isentar espetáculos de diversa natureza, da impossibilidade de serem realizados em dias eleitorais. Isso já aconteceu com espetáculos

desportivos ou com eventos desportivos, acontece com espetáculos culturais e também pode acontecer, do nosso ponto de vista, com as touradas.

O que nós temos que fazer é contribuir para uma democracia madura, onde as pessoas são capazes...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ponha no dia da procissão do Senhor Santo Cristo!

O Orador: ... de dar razão e dar concretização às suas obrigações cívicas, ao mesmo tempo que também são capazes de viver as suas tradições.

Nós achamos que os açorianos são capazes de fazer as duas coisas ao mesmo tempo.

Muito obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ponha o dia das eleições no dia da procissão do Senhor Santo Cristo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção do Sr. Deputado André Bradford sobre esta matéria é...

Deputada Zuraida Soares (BE): Confrangedora!

O Orador: ... confrangedora e acrescentaria caricata, porque esperar que no estudo que mandou fazer sobre a abstenção apareça lá o item a dizer o seguinte: a melhor forma de combater a abstenção é realizar nos dias das touradas (é realizá-las no dia das touradas!). Porque diz o Sr. Deputado: “nada nos prova que possa prejudicar a afluência do povo às urnas, realizar espetáculos, touradas...”, eu sei lá, porque não também fazer renascer o Coliseu e uma luta de gladiadores.

Diz o Sr. Deputado que considera que tudo isso não traz nenhum problema, não há nenhuma prova contra.

O que lhe quero dizer é: o que é que quer que eu faça consigo? Quer que lhe cite La Palice?

É que eu penso que esse tipo de exemplos, de raciocínios e de análises são, a esse nível e tem como inspirador o senhor La Palice, porque nada mais lhe posso acrescentar em relação a essa matéria.

A verdade, Sr. Deputado, é que os sistemas políticos sérios promovem a afluência e criam as condições necessárias e a seriedade necessária,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e criam todas as condições, para que o povo possa afluir às urnas, porque é esse o nosso objetivo.

O seu discurso e a prática nesta condição específica, eu acho que significa uma contradição brutal em relação aos discursos que aqui fez nesta Casa...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... quando apresentou a proposta sobre o estudo sobre a abstenção.

O que é que está à espera que esteja lá escrito?

Organizar espetáculos deste tipo, uns joguinhos de futebol também, uns torneios, tudo isso, vão permitir que a afluência às urnas aumente. Já agora, para aumentar e para melhorar a afluência às urnas, que isto se realize a 40 ou 50 km ou 20 km. Aumenta com certeza a afluência às urnas.

Sr. Deputado, retire a proposta e reconheça que isto é erro. Portanto, não persista em propostas deste tipo e desta natureza que contradizem um esforço, que é um esforço real que todos temos que fazer, em que o Partido Socialista também está a dar o seu contributo, que é o combate à abstenção.

Agora não venha defender o indefensável.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Apenas alertar o Sr. Deputado André Bradford que ele na sua competentíssima e bem-intencionada intervenção disse uma coisa e exatamente o seu contrário ao mesmo tempo e com a mesma serenidade, o que quer dizer que o Sr. Deputado André Bradford tem muita dificuldade em explicar aos açorianos e açorianas por que é que existe uma legislação que diz que nos dias de atos eleitorais e de referendos não deve haver touradas à corda e o Partido Socialista,

aqui e agora, e o Governo (e aqui e agora permitam-me uma pergunta), sucumbindo a que tipo de interesses, vem dizer ao povo açoriano “não senhor; isto agora é assim: em dia de eleições e em dia de referendos, há sim senhor touradas à corda, porque isto é um grande contributo à democracia e é servir os interesses da democracia”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E diz o Sr. Deputado também que quem pensa o contrário está a minorizar a maturidade do povo açoriano.

Curiosamente o nosso Presidente da República minorizou a maturidade de todo o povo português quando se preocupou no último ato eleitoral em pedir que um jogo de futebol que existia naquele dia, apenas se iniciasse depois de encerradas as urnas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: Portanto, Sr. Deputado André Bradford, o senhor pode dizer assim: “nós estamos aqui a servir interesses muito claros que são os nossos”, o que não pode é vir fazer desta Casa, de todos e todas nós, tolos, porque isso é coisa que nós não somos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado César Toste tem a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De forma muito simples, só para rebater uma afirmação que o Sr. Deputado André Bradford disse, que é, os açorianos sabem viver com as duas coisas.

Realmente sabem, só que o facto de haver tourada naquele dia faz com que menos pessoas vão votar e essa circunstância, que é uma proposta de alteração do próprio Governo, é uma alteração que se coloca, é uma alteração que para nós faz sentido.

Por isso mesmo, nós sabemos que as pessoas sabem viver as duas coisas, mas de facto se houver uma tourada (existe experiência disto), menos pessoas vão votar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Membro do Governo:

É curioso, já foi aqui referido, não quero de maneira nenhuma ofender a sensibilidade do Sr. Deputado André Bradford, mas fico com a sensação de que ele não sabe o que é uma tourada e não sabe a dinâmica de uma tourada, mas talvez a Sra. Deputada Fátima Ferreira lhe possa depois explicar isso melhor, ao almoço.

A tourada começa muito antes. Uma tourada não é meter quatro touros numa gaiola, meter-lhes uma corda ao pescoço e irem correr.

Logo de manhã as pessoas saem, vão ver engaiolar, há festa brava, vão para o mato. E não é só os daquela freguesia. Tem os seus convidados.

Portanto, de uma freguesia vão para outra, depois almoçam em casa dos conhecidos e dos amigos, estão fora da sua freguesia, há uma movimentação grande de pessoas que vai de um lado para o outro.

Depois há as tascas, há todo um movimento à volta disso que faz com que as pessoas estejam concentradas na sua vida, nas suas atividades económicas, na tourada, a ir a casa dos amigos, a ir a casa de quem os convidou. Portanto, saem de umas freguesias para as outras.

Até se dá o caso, por exemplo, quando há tourada na Graciosa, de se fazer duas ou três viagens de barco para irem da Terceira para a Graciosa, ou vice-versa, ou para São Jorge.

Portanto, quem não percebe isso, não percebe nada.

Depois, o Sr. Deputado diz que não há nenhum estudo que prove isso.

Sr. Deputado não há, mas vou dar-lhe um exemplo:

Não sei se o Sr. Deputado sabe, mas vou dizer-lhe que cada vez está mais provado que existe a medicina analítica, aquela que fazemos com exames laboratoriais, com meios oficiais de diagnóstico e depois há a medicina baseada na evidência, Sr. Deputado, que cada vez mais está em voga.

Há o conhecimento científico e há o conhecimento baseado na evidência, que é o conhecimento que nos permite tirar algumas conclusões e que o senhor precisa analisar e perceber o que é o conhecimento baseado na evidência.

Esse, Sr. Deputado, tem tanta validade como a medicina baseada na evidência. É pena é que o senhor não saiba que ela exista.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cada partido tem a sua opinião. Nós explicámos a nossa e tentámos fundamentar a nossa proposta. Os senhores têm a vossa.

Na intervenção do Sr. Deputado Artur Lima há aqui um ligeiro trava, “o senhor não é propriamente da Terceira, portanto, não sabe nada disto, não percebe nada de touradas”.

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Eu, por acaso, gosto de tourada à corda. Já assisti a algumas, não talvez do princípio ao fim, porque depois há muitas outras atividades durante a tourada,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... mas sou apreciador, Sr. Deputado Artur Lima e tenho consciência que a maneira como as pessoas na Terceira vivem a tourada à corda não se limita ao foguete que sai quando sai o primeiro touro, nem ao último foguete e ao último touro.

Eu sei que as pessoas acompanham o dia todo, mas também sei que já ultrapassámos aquela fase onde se dizia “oxalá que não esteja bom tempo, muito sol nas eleições, porque senão as pessoas vão para a

praia; oxalá que não esteja a chover muito, porque senão as pessoas não saem de casa”.

Eu acho que temos que ultrapassar esse tipo de abordagem e temos que caminhar para uma abordagem que defina a votação como um dever cívico que pode ser articulado com todas as outras atividades da vida. Portanto, é nesse princípio que nós fundamentamos a nossa posição.

Depois há outra coisa que me levou a fazer esta intervenção, é que é extraordinário que o Bloco de Esquerda tenha passado o debate todo desta matéria em silêncio e tenha decidido falar duas vezes: uma para defender a PSP...

Deputada Zuraida Soares (BE): Qual é o problema?

O Orador: Posso ter uma apreciação sobre isso, não posso, Sra. Deputada?

Deputada Zuraida Soares (BE): Não, não pode!

O Orador: Isto é política!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

O Orador: Uma é para defender a PSP...

Deputada Zuraida Soares (BE): O seu problema é que pusemos o dedo na ferida!

O Orador: A senhora pode falar as vezes que quiser, agora tem que se sujeitar à opinião dos outros.

(Aparte inaudível da Deputada Zuraida Soares)

Presidente: Srs. Deputados, por favor, tem que permitir ao Sr. Deputado André Bradford fazer a sua intervenção.

O Orador: A Sra. Deputada Zuraída Soares está claramente exaltada, Sra. Presidente.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não estou nada!

O Orador: Ah, não está! Então bem bom!

O Bloco de Esquerda decidiu falar duas vezes: uma para defender a PSP, que eu acho, por acaso muito na linha da tradição ideológica o Bloco Esquerda; e a outra, que é a que nos preocupa mais, para nos acusar de defender interesses.

Deputada Zuraída Soares (BE): Na política são interesses!

O Orador: Portanto, o que eu gostava de fazer de uma forma plural e democrática, era perguntar à Sra. Deputada Zuraída Soares quais são os interesses?

Quais são os interesses?! Quais são?!

A minha pergunta é, quais são os interesses que a senhora acha que nós representamos com esta proposta?

Deputada Zuraída Soares (BE): Estou à espera que o senhor diga quais são os interesses!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já lhe digo quais são os interesses!

O Orador: Ah, eu é que tenho que dizer. A senhora acha que nós representamos interesses. Eu não sei quais são e a senhora quer que eu diga? Então diga lá, se faz favor, Sra. Deputada.

O nosso único interesse é no sentido de que avancemos para uma democracia madura onde as pessoas são capazes de articular aquilo que gostam de fazer com aquilo que devem fazer. E o que devem fazer é em dias de eleições votar.

Arranjar pretextos para que as pessoas não votem, não é da competência desta Casa. Desta Casa, a competência é no sentido de fomentar as condições para as pessoas exercerem o seu dever cívico, mas exercerem com consciência de que o devem fazer. É essa nossa opinião.

Muito obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Sr. Deputado André Bradford, todos nós sabemos dentro desta Casa que a política são interesses e cada um escolhe os seus. É isso que são os partidos. Cada partido aqui representa interesses.

(*Aparte inaudível*)

A Oradora: Calma, deixe-me acabar.

Eu escolhi o meu, o senhor escolheu o seu.

Agora, eu posso fazer, e tenho o direito de fazer, juízos de valor sobre aqueles que o senhor e o seu partido serve ou não serve. E vou dizer-lhe uma coisa, para clarificar.

Há dois interesses que o senhor não está a servir com esta proposta tal como está redigida: a democracia e a participação cívica dos cidadãos. Esses são dois interesses que o senhor não está a servir, mas há um que está a servir: chamam-se votos. Chama-se conquista de votos numa ilha concreta que é a ilha Terceira!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Chama-se servir! Servir uma parte! Servir uma parte de interesses económicos daquela Região! É isto que o senhor está a servir.

E se for capaz de o reconhecer, aí, sim, é um grande democrata.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra. Dispõe de cerca de três minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há aqui uma questão.

Dizia o Sr. Deputado André Bradford: “então diga, diga quais são os interesses! Diga!”

Eu vou dizer-lhe quais são os interesses. Os interesses são dos promotores dos espetáculos que não querem perder um dia no calendário para a realização das touradas. São esses interesses que V.

Exa. está aqui a defender e os interesses que eu estou aqui a defender é que a democracia crie condições para que as pessoas possam votar.

Há questões relacionadas. Não é só o facto de se realizar a tourada! E, por exemplo, se o edifício onde se irá proceder o ato eleitoral estiver no perímetro da tourada.

Deputado André Bradford (PS): Não pode!

O Orador: É que isso irá significar até um risco para as pessoas que quiserem votar. Parece-me evidente, parece-me absolutamente evidente, Sr. Deputado.

Os interesses que o senhor está a defender são esses, Sr. Deputado.

O senhor desafiou-me e tem aqui a resposta.

Deputado André Bradford (PS): Não o desafiei nada! Nem falei consigo!

O Orador: Não o desafiei nada. Deixe-me dizer-lhe a segunda coisa: os ataques à PSP que o senhor realizou aqui são indignos para alguém que está no Governo Regional, para alguém que tem responsabilidades institucionais.

Quando se defendeu aqui e se levantaram as questões do policiamento, o que está em causa é a segurança das pessoas. E o senhor fazer um tipo de discurso arruaceiro, contra as forças da ordem, mostra a sua falta de responsabilidade nesta matéria.

Aqui o que há a defender é a democracia, aqui o que há a defender é a segurança das pessoas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Não havendo inscrições vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Sr. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Votamos então o artigo 72.º-A com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 77.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 voto contra do BE.

Presidente: Está então à votação o artigo 77.º-A com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de eliminação apresentada pelo PS ao n.º 2 do artigo 79.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do BE.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 79.º-A com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 79.º-E.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 79.º-E, com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco então agora à votação o artigo 2.º do diploma, ou seja, coloco à votação todos os artigos propostos a alterar pelo Governo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Está agora à votação o artigo 3.º do diploma que altera nomeadamente o artigo 2.º do DLR n.º 5/2003/A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Está então agora, e penso que posso votar de forma conjunta, os artigos 4.º, 5.º e 6.º do diploma, que é nomeadamente a norma revogatória, a republicação e a entrada em vigor.

Não havendo oposição estão estes três artigos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Concluímos assim este ponto. Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sra. Deputada Zuraida Soares para uma interpelação tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos dentro de 15 minutos.

Eram 11 horas e 21 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares para podermos iniciar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 43 minutos.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos. Entramos no ponto dez da Agenda: **Petição n.º 11/XI – “Pela revogação da concessão marítima para a construção do Azores Aquarium no porto de Ponta Delgada”**, apresentada por Jorge Manuel de Morais Kol de Carvalho, na qualidade de primeiro subscritor.

Os tempos são os que habitualmente utilizamos para as petições e tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva, relator da Comissão de Economia.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO

PETIÇÃO N.º 11/XI

PELA REVOGAÇÃO DA CONCESSÃO MARÍTIMA PARA A CONSTRUÇÃO DO AZORES AQUARIUM NO PORTO DE PONTA DELGADA

TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia procedeu à análise e emissão de relatório sobre a Petição n.º 11/XI “Pela revogação da concessão marítima para a construção do Azores Aquarium no porto de Ponta Delgada”.

1.º. CAPÍTULO – INTRODUÇÃO

A 26 de maio de 2017 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma Petição denominada “Pela revogação da concessão marítima para a construção do Azores Aquarium no porto de Ponta Delgada”, sendo Jorge Manuel de Moraes Kol de Carvalho, o primeiro subscritor.

Os peticionários referem que, na sequência da audição dos Promotores da “Construção do Azores Aquarium no Porto de Ponta Delgada”, na delegação da ALRAA em Ponta Delgada, a 7 de fevereiro de 2017, na Comissão de Economia, foi tornado público que os Promotores não têm investidores ou parceiros financeiros para realizar o investimento.

Os peticionários alegam ainda que os Promotores apenas têm garantida a autorização dada pela Portos dos Açores para a sua construção, no “chamado saco do porto”, pelo que:

1. “Exortam os partidos políticos a exigirem do Governo Regional a revogação da autorização dada pela Portos dos Açores para tal construção”

2º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de Petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e é regulado e garantido pela

Lei n.º 43/90, de 19 de agosto, com as alterações introduzidas pelas leis n.º 63/93, de 1 de março e n.º 15/2003, de 14 de junho.

A apreciação na Comissão Permanente de Economia exerce-se no âmbito do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos dos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

3º. CAPÍTULO – APRECIACÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

A petição ora em apreciação, intitulada “Pela revogação da concessão marítima para a construção do Azores Aquarium no Porto de Ponta Delgada”, tem por objeto, em concreto, exortar “os partidos políticos a exigirem do Governo Regional a revogação da autorização dos Açores para tal construção.”

Os peticionários começam por referir, como fundamentação para a respetiva pretensão, que “[...] no passado dia 7 de fevereiro, em sede de Comissão Parlamentar de Economia, foi tornado público que os citados Promotores não têm investidores ou parceiros financeiros para tal investimento.”

Seguidamente, alega-se que “Mais acrescentaram que não sendo no Porto de Ponta Delgada rejeitam a sua construção noutra local.”

Neste sentido, enfatiza-se “que a única coisa que os Promotores têm garantida é a autorização dada pela Portos dos Açores para a sua

construção, no chamado saco do porto, construção que é repudiada, em anterior Petição Pública (Contra a construção do Azores Aquarium no Porto de Ponta Delgada), com mais de 1100 assinaturas.”

Assim sendo, entendem os peticionários que urge, “na continuidade da referida Petição”, exigir “do Governo Regional a revogação da autorização dada pela Portos dos Açores para tal construção.”

A Comissão Permanente de Economia deliberou solicitar pareceres, por escrito, a diversas entidades e proceder à audição das seguintes pessoas:

- do primeiro subscritor, Jorge Manuel de Morais Kol de Carvalho
- da Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas, Ana Cunha.

A Comissão Permanente de Economia, no dia 31 de outubro, procedeu à audição do primeiro subscritor da petição, Jorge Manuel de Morais Kol de Carvalho, e da Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas, Ana Cunha, na delegação da ALRAA em Ponta Delgada.

- Audição do primeiro subscritor da petição, Jorge Manuel de Morais Kol de Carvalho.

O peticionário Jorge Kol de Carvalho disse que assistiu à audição dos promotores, dos subscritores da primeira petição, do Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e da Secretária Regional do

Turismo. Afirmou ainda que os promotores apenas mostraram um “3D” e não o projeto e que supostamente não têm parcerias, nem financiamento para a realização do mesmo. Portanto, considera que é necessário revogar a autorização da concessão atribuída pela Portos dos Açores, antes que o “problema” seja maior e se arraste no tempo. O deputado António Vasco Viveiros referiu que, na petição anterior, o PSD já se tinha manifestado contra e que a atual petição merece o apoio do PSD. Perguntou se averiguaram se autorização tinha prazo de caducidade e se esta reversão da autorização poderá resultar em algum direito para os promotores.

O peticionário respondeu que a Portos dos Açores cometeu um erro e que é necessário corrigi-lo agora e revogar a autorização, ainda que considere que esta autorização caduca no final de 2017. Declarou que não sabe que direitos poderão existir para os promotores, para reclamar uma indemnização, ainda que possa ser mais favorável para a Região pagar uma indemnização do que ter um “elefante branco”.

O deputado António Lima referiu que a posição do BE é clara, sendo contra a construção do Aquário. Questionou como se concessionaria um espaço público, tão importante, sem ter algo mais do que uma mera intenção e se tem conhecimento da apresentação de algum projeto. Perguntou se é ainda possível avançar com o projeto, mesmo depois de existirem posições contrárias, do atual Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e do anterior candidato Vitor Fraga.

Em resposta, o peticionário considera que os promotores podem, ainda, apresentar o projeto até 28/12/2017 e a Câmara Municipal de

Ponta Delgada não dispõe de qualquer instrumento para impedir a construção, a não ser o “bom senso” e questões de impacto ambiental. Acrescentou que não sabe quem licenciou o bar/restaurante Cais da Sardinha, mas presume que tenha sido a Portos dos Açores.

O deputado André Rodrigues disse que este assunto já foi amplamente discutido, pelo que é importante perceber quais são as novidades desta petição, face à anterior. Perguntou ainda se o ato administrativo realizado pela Portos dos Açores consubstancia uma autorização para a construção e se a Portos dos Açores cumpriu a lei na autorização concedida.

A finalizar, o peticionário afirmou que esta petição não é referente à construção, mas sim relativa a uma intenção, pois mesmo assim o projeto é irrealista e inviável. Considera ainda que a Portos dos Açores cometeu apenas um erro e que poderá corrigi-lo através da revogação da autorização concedida.

- Audição da Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas, Ana Cunha, que se fez acompanhar do Vogal do Conselho de Administração da Portos dos Açores, S.A., Eng. João Vargas.

A Secretária Regional fez uma breve apresentação do tema, realçando que este já foi apreciado nesta Assembleia, considerando que as conclusões emitidas anteriormente permaneciam válidas, ainda que o tema da petição seja ligeiramente diferente. Entende que a questão principal prende-se com um requerimento apresentado pela empresa Picos de Aventura, sobre o uso privativo de um empreendimento “Aquário”, da competência da Portos dos Açores.

Por sua vez, a Portos dos Açores publicitou o edital a dar conhecimento do interesse do uso privativo, dando conhecimento do mesmo a terceiros, caso pretendessem apresentar alguma objeção, o que não aconteceu. Só após o licenciamento do projeto, que ainda não foi apresentado, é que poderá haver lugar à celebração do contrato de concessão, sendo que o direito da utilização foi concedido em dezembro de 2015, pelo prazo de um ano, e foi prorrogado até dezembro de 2017.

A Secretária Regional referiu ainda que a Capitania pronunciou-se sobre o assunto, cabendo à Câmara Municipal de Ponta Delgada a responsabilidade pelo licenciamento do projeto, não tendo conhecimento, até ao momento, do promotor ter iniciado qualquer projeto de licenciamento junto da autarquia.

O Eng. João Vargas da empresa pública Portos dos Açores fez referência à tramitação legal do processo, que se iniciou com um requerimento recebido a 05/01/2015. Posteriormente foi feita uma análise interna do processo e foram consultadas entidades externas, como a Autoridade Marítima Nacional, a DGRM – Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, o IMTT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, entre outros, para se pronunciarem sobre o assunto.

Em 21/06/2015 foi deliberado pelo Conselho de Administração da Portos dos Açores emitir o Edital, publicado a 27/10/2015, em jornal oficial, sem que tenha sido apresentada qualquer objeção, dentro do

prazo legal de 30 dias úteis. Entretanto, em 23/12/2015 foi comunicado ao promotor que teria direito ao uso privativo do espaço. Ora, o promotor possui um prazo de um ano, prorrogável por mais um ano, para submeter o projeto a licenciamento da C.M. de Ponta Delgada, cujo prazo final decorre até 28/12/2017.

A deputada Graça Silveira perguntou se até 28/12/2017 não der entrada o projeto, se a concessão prescreve-se, se existe alguma cláusula que penalize a Portos dos Açores e se esta pode voltar atrás na intenção de concessionar o espaço.

A Secretária Regional respondeu que se no dia 28/12/2017 não for comunicado e comprovado a entrada do processo de licenciamento na C.M. de Ponta Delgada, então a atribuição da concessão do uso privativo caduca automaticamente. O exercício do direito está do lado do promotor, não havendo lugar a qualquer indemnização/penalidade para a Portos dos Açores, até porque não foi praticado qualquer ilícito. De qualquer forma, a Portos dos Açores não pode revogar por livre arbítrio a concessão de uso privativo, por questões políticas, e, mesmo que tal acontecesse, só havia lugar a uma indemnização se o promotor demonstrasse os prejuízos em que incorreu e eventuais perdas de rendimento.

O deputado António Lima questionou sobre os pareceres vinculativos são requeridos após a entrega do projeto e se tem havido contatos dos promotores sobre a intenção de avançar com o projeto.

A Secretária Regional referiu que os pareceres vinculativos constam do regime jurídico da Urbanização e que a Portos dos Açores fez o

que lhe competia, consultando todas as entidades externas que eram obrigatórias. Numa fase subsequente, a Direção Regional do Ambiente deverá ser chamada a emitir um parecer sobre o projeto. Os contatos existentes entre os promotores e Governo foram tornados públicos e desde que tomou posse, em junho de 2017, não tem conhecimento de qualquer contato dos promotores.

Ora, o deputado António Vasco Viveiros admitiu que do ponto de vista formal, todo o processo tenha cumprido a legalidade, pese embora entenda que possa ter existido alguma precipitação na atribuição do uso privativo. Perguntou porque não foram ouvidas entidades como a Direção Regional das Pescas, os Armadores, a Direção Regional do Turismo e a Direção Regional da Cultura; e se fosse necessário travar o processo agora, faria sentido correr o risco de indemnizar os promotores. Questionou ainda se faria sentido fazer uma alteração legislativa e alterar o procedimento, para saber, desde o início, quais as entidades a ouvir.

Em resposta, o Eng. João Vargas salientou que a tramitação legal foi irrepreensível e foram consultadas todas as entidades obrigatórias, sendo de realçar o facto de nunca ter existido a intenção de explorar a zona em análise, por qualquer entidade. Acresce que ainda não existe a concessão (contrato), mas apenas um direito que assiste ao promotor, que pode ou não ser usado, cabendo agora à Câmara Municipal de Ponta Delgada pronunciar-se sobre o licenciamento e enquadramento urbano, se o projeto for apresentado.

Além disso, a Secretária Regional reafirmou que a Portos dos Açores cumpriu a lei na consulta das entidades obrigatórias e que as entidades referidas podem ainda pronunciar-se no âmbito do processo de licenciamento, quando tal acontecer. De acordo com o Estatuto do Gestor Público, seria uma ingerência, da parte do Governo Regional dos Açores, inviabilizar o processo, quando a Portos dos Açores cumpriu a lei durante todo o processo. Sobre a alteração da lei, concordou com uma possível alteração da mesma, através de um processo de alteração legislativa, cuja competência cabe também aos deputados regionais (ALRAA).

O deputado André Rodrigues perguntou se a legislação foi cumprida; se houve a possibilidade da população e outras entidades pronunciarem-se contra a concessão do uso privativo, na fase da publicitação do Edital; se a operacionalidade do porto foi acautelada e se o Governo Regional mantém a intenção de proceder à avaliação do estudo de impacto ambiental, caso o projeto avance.

A este respeito, a Secretária respondeu que o Governo dos Açores não abdica de se pronunciar nesta e noutras matérias e que ainda não pode pronunciar-se sobre o impacto ambiental, pois o projeto não foi entregue.

O deputado António Lima referiu que, aparentemente, para a Portos dos Açores, o investimento seria feito numa zona “morta” do porto e que durante 75 anos, aquela área ficaria interdita para o desenvolvimento do porto para fins de pesca.

A terminar, o Eng. João Vargas afirmou que a concessão teria de ser por 30 anos e não 75 anos, e que o promotor teve o cuidado de “desenhar” o empreendimento numa zona que não tem uso para pesca, mas serve apenas para fins de “recreio”.

Os pareceres solicitados e recebidos pela Comissão Permanente, à data de aprovação deste relatório, são anexos do mesmo:

- Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada;
- Capitão do Porto de Ponta Delgada.

4.º CAPÍTULO – CONCLUSÕES E PARECER

A Comissão deliberou, por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS/PP e BE pronunciar-se da seguinte forma:

1. O 1º subscritor da Petição considerou que é necessário revogar a autorização da concessão atribuída pela Portos dos Açores, antes que o “problema” seja maior e se arraste no tempo. Disse que os promotores apenas mostraram um “3D” e não o projeto e, supostamente, não têm parcerias, nem financiamento para a realização do mesmo.
2. O peticionário indicou que os promotores podem, ainda, apresentar o projeto até 28/12/2017 e a Câmara Municipal de Ponta Delgada não dispõe de qualquer instrumento para impedir a construção. Considerou ainda que a Portos dos Açores cometeu apenas um erro e que poderá corrigi-lo através da revogação da autorização concedida.

3. Por sua vez, a Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas considerou que as conclusões emitidas anteriormente permaneciam válidas, dado que a questão principal prende-se com um requerimento apresentado pela empresa Picos de Aventura. Só após o licenciamento do projeto é que poderá haver lugar à celebração do contrato de concessão, sendo que o direito da utilização foi concedido em dezembro de 2015, pelo prazo de um ano, e foi prorrogado até 28/12/2017.

4. A SRTOP referiu ainda que a Capitania pronunciou-se sobre o assunto, cabendo à Câmara Municipal de Ponta Delgada a responsabilidade pelo licenciamento do projeto, não tendo conhecimento, até ao momento, do promotor ter iniciado qualquer projeto de licenciamento junto da autarquia.

5. Acrescentou, também, que a Portos dos Açores cumpriu a lei na consulta das entidades obrigatórias e que estas podem ainda pronunciar-se no âmbito do processo de licenciamento, quando tal acontecer.

6. De realçar que a Petição, por ser subscrita por mais de 300 peticionários, reúne as condições legalmente definidas para ser apreciada em reunião Plenária;

7. Dar conhecimento do presente Relatório ao primeiro subscritor da petição.

Ponta Delgada, 06 de dezembro de 2017.

O Relator: Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Ao presente relatório ficam anexos os pareceres solicitados por escrito.

O Presidente: Miguel Costa

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição. Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nós louvamos esta iniciativa. É a segunda sobre a mesma matéria. Deu entrada no dia 24 de maio, mas, entretanto, a concessão que tinha sido feita prescreveu a 30 ou 31 de dezembro de 2017. Portanto, a matéria passou a ser extemporânea e o projeto não tem andamento, ou pelo menos a concessão não tem consequências.

De qualquer maneira, e já na discussão da Petição inicial sobre a mesma matéria, foram levantadas questões relativamente ao processo da própria concessão e na altura surgiram algumas dúvidas, mas também admitimos que do ponto de vista legal essa concessão decorreu e cumpriu os procedimentos legais. Ainda assim fica a dúvida se esses procedimentos deveriam ser alterados para situações futuras, mas é matéria que não compete neste momento analisar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo (não os vejo, mas julgo que estarão por aí):

Antes de mais, quero saudar os peticionários na pessoa do primeiro subscritor, arquiteto Jorge Kol de Carvalho, que uma vez mais trouxeram este assunto a debate nesta Assembleia.

Utilizaram para isso esta prerrogativa, que é a Petição que, como sempre, devemos valorizar enquanto forma de participação cívica e democrática.

Em abril do passado ano debateu-se nessa Casa a Petição intitulada “contra a construção do Azores Aquarium no porto de Ponta Delgada”.

Na altura, o Bloco de Esquerda reiterou a sua opinião sobre este projeto e colocou em evidência as contradições e, diria mesmo, trapalhadas que o envolvem.

O Bloco de Esquerda teve desde o início contra a concretização deste Projeto. Recordo, por isso, alguns dos motivos que nos levaram a ter esta posição.

Os Açores têm como uma das suas principais riquezas naturais o seu mar, a sua biodiversidade, que importam proteger, conservar e divulgar.

Para além do seu valor ecológico intrínseco, esse património natural permitiu, e continua a permitir, o desenvolvimento de diversas atividades económicas ligadas à sua observação, como sejam, por exemplo a observação de cetáceos e o mergulho.

Estas atividades constituem, pois, uma enorme mais-valia para a nossa economia.

É por isso que não precisamos, de facto, de um aquário de grandes dimensões com o mesmo fim.

É uma opção desajustada de uma realidade onde chegar até aos locais que permitem a observação da vida marinha é simples e fácil.

Mas o objeto desta Petição que hoje aqui debatemos prende-se não com o conceito de um aquário, mas sim com a sua localização, e essa não é menos polémica e diria mesmo completamente errada.

Em abril de 2017 dissemos o seguinte e passo a citar:

“A concessão de um espaço de domínio público marítimo a uma empresa privada para um projeto de muito duvidosa sustentabilidade económica pode transformar-se em mais um elefante branco a ser pago e sustentado por todos os açorianos e açorianas.”

E “do ponto de vista do urbanismo, a sua localização e dimensão irá emparedar o Centro Histórico de Ponta Delgada, substituindo a vista para o mar por uma vista para um edifício de vários andares.”

Mais acrescento agora, que a decisão da atribuição da concessão do uso privativo por parte da Portos dos Açores, foi uma decisão de enorme irresponsabilidade.

Felizmente, a concessão caducou sem que o projeto tivesse dado entrada. Se assim não fosse, a Portos dos Açores teria por 30 anos hipotecado uma grande área do porto de Ponta Delgada, prejudicando a sua operacionalidade e desenvolvimento futuro para satisfazer os caprichos mirabolantes de alguns.

Para o recuo no projeto quero acreditar que o bom-senso prevaleceu e não tenho dúvidas que a intervenção e participação cívica de muitas centenas de pessoas foi determinante para tornar insustentável politicamente a concretização deste projeto.

Espero, pois, que o projeto fique então enterrado no baú dos projetos falhados à nascença e que não regresse.

Deputada Zuraida Soares (BE): Tal e qual!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados:

Em primeiro lugar, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, enaltece e valoriza a participação de todos os cidadãos e este é um exemplo em como a população está envolvida com os projetos que surgem e também com a participação política que não deixa de acontecer.

Realçamos também a abertura e a disponibilidade, quer do peticionário, quer do Governo Regional, em esclarecer todo o processo que levou à autorização que foi concedida pela Portos dos Açores e o que ficou também muito claro e que aqui gostaria de realçar é que, quer o Governo Regional, quer a Portos dos Açores, através desta, cumpriu sempre na íntegra e de forma rigorosa o cumprimento da lei.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: A autorização foi concedida, foi publicada, foi prorrogada e caducou de forma automática no dia 28 de dezembro.

O assunto foi claramente debatido, esclarecido. Nunca houve nada a esconder e os promotores decidiram não avançar com o projeto.

O Partido Socialista também gostaria de manifestar que nada tem contra a iniciativa privada, ao contrário de outros. A iniciativa privada é bem-vinda, desde que qualifique a oferta, desde que cumpra a lei, desde que se enquadre naquilo que consideramos ser prioritário e importante para os Açores.

Portanto, não tem nenhum complexo com o investimento privado, desde que se cumpra lei, e o que se verificou ao longo desta Petição, das audições realizadas, é que a lei foi cumprida e o papel que o Governo teve foi exemplar e isso deve ser aqui realçado.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Em primeiro lugar, obviamente o CDS queria saudar a participação dos cidadãos num ato como este que é de cidadania ativa aproximando desta forma os eleitores de nós, os representantes dos eleitos.

Apesar de obviamente esta Petição ser extemporânea, porque como já foi dito, a autorização que tinha sido dada pela Portos dos Açores

para a construção do Azores Aquarium no Porto de Ponta Delgada prescrevia em dezembro de 2017, como não foi entregue nenhum projeto, essa autorização perde a validade.

No entanto convém lembrar que, independentemente de todos os argumentos que foram aduzidos, uns contra, porque ter um aquário desta natureza vai em contraciclo com aquilo que se pretende com a imagem do turismo de natureza dos Açores, ter animais em cativeiro, ou os outros argumentos apresentados de que sendo um projeto de iniciativa privada nós não tínhamos coisíssima nenhuma a dizer, fica no meio a defesa do interesse público.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas temos!

A Oradora: A questão que se coloca aqui é que um projeto desta natureza se não tem sustentabilidade económica as consequências vão muito para além da falência do promotor, é que ficamos com um edifício, um investimento destas dimensões, a degradar-se ao longo dos anos. Portanto, é um passivo arquitetónico com impacto no urbanismo e na paisagem açoriana que vai acabar por ser pago por todos nós.

Portanto, de futuro, independentemente de ter sido cumprida a lei neste tipo de permissões, não se pode fazer uma leitura, “de régua e esquadro”, da questão lei.

Existe a defesa do interesse público, existe o bom-senso. A intervenção dos cidadãos contribuiu fortemente para que neste caso a situação se tenha resolvido da melhor forma por toda a controvérsia que foi trazida à praça pública.

Fica, de resto, o conselho para que de futuro se tenha mais cautela neste tipo de autorizações,

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem agora a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queremos antes de mais saudar o exercício do direito à Petição, o seu primeiro subscritor e todos os peticionários, pois contribuem de forma ativa e integrante para o debate político nas mais diversas áreas e setores. Como em todas elas esta não é exceção.

No nosso entender, não consideramos que a construção do Azores Aquarium, no porto de Ponta Delgada, possa contribuir para o destino Açores, possa ter mais procura, ou seja, em termos turísticos não nos parece uma mais-valia.

Não tomamos como prioritárias construções desta natureza, nem consideramos que constitua um projeto que acrescente algo de relevante na afirmação do destino de natureza oferecido pela nossa Região.

Por isso mostramos total apoio para com esta Petição e a sua causa envolvente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero dizer aos senhores peticionários que valeu a pena esta luta cívica para que este projeto pudesse parar. Atingiram os seus objetivos e é obvio que neste âmbito existia aqui um apoio institucional a um projeto que estava muito longe de estar bem definido e que estava muito longe de ter provado o seu interesse público e como referiu a Sra. Deputada Graça Silveira poderia vir a significar um problema muito grande para o futuro.

Eu considero que aqui mais uma vez e o que faz é que a sociedade açoriana tenha o empenho, que utilize estas formas de participação cívica, porque a verdade é esta, a verdade é que quando as pessoas participam, quando as pessoas se revoltam contra o poder instituído, quando utilizam estes instrumentos de participação cívica conseguem obter resultados.

E estes senhores peticionários alcançaram os resultados pretendidos e conseguiram parar a concretização deste projeto que é inegável. Contava com a solidariedade do Governo dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos este ponto. Vamos avançar com os nossos trabalhos. Entramos agora no ponto onze da Agenda: **Petição n.º 17/XI – “Pela continuidade das sessões de conto dinamizadas pelos atuais contadores de histórias na Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro”**.

Esta Petição foi apresentada por Fernanda Maria Correia de Sousa, na qualidade de primeira subscritora.

Para apresentar o relatório tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Ávila, relator da Comissão de Assuntos Sociais.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DA PETIÇÃO Nº 17/XI

“PELA CONTINUIDADE DAS SESSÕES DE CONTO DINAMIZADAS PELOS ATUAIS CONTADORES DE HISTÓRIAS NA BIBLIOTECA PÚBLICA E ARQUIVO REGIONAL LUÍS DA SILVA RIBEIRO

TERCEIRA, JANEIRO DE 2018

CAPÍTULO I

Introdução

A 25 de agosto de 2017 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o nº 17/XI, intitulada “Pela continuidade das sessões de conto dinamizadas pelos atuais contadores de histórias na Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro”, que reúne um total de 474 (quatrocentos e setenta e quatro) assinaturas, tendo como primeira signatária Fernanda Maria Correia de Sousa.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

CAPÍTULO II

Enquadramento Jurídico

O direito de petição, previsto no artigo 52º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189º a 193º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei nº 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190º e 191º do Regimento, bem como do artigo 73º, nº 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 18/2016/A, de 6 de dezembro, as matérias relativas a “Educação”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

CAPÍTULO III

Apreciação da Petição

a) **ADMISSIBILIDADE**

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei nº 43/90) e regimentais (artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 190º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

b) **OBJETO DA PETIÇÃO**

Os peticionários pretendem:

- Manter as Sessões de Conto nos moldes em que se encontravam, de forma a proporcionar momentos únicos e de qualidade aos nossos alunos e filhos, como até então foi possível.

E para isso apresentam os seguintes argumentos:

- A Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo tem estado desde o seu aparecimento ao serviço da população, com o objetivo de aumentar os níveis socioeconómicos e culturais.
- O trabalho constante de promoção, divulgação e implementação é necessário para que se possa incutir nas crianças e jovens, hábitos duradouros de leitura, bem como a aquisição de conhecimento não só através de livros, mas também pela inovação tecnológica que tem acompanhado o desenvolvimento de qualquer sociedade moderna e evoluída.

- As Sessões de Conto são uma referência no seio escolar, no formato em que são praticadas. Um projeto de excelência com mais de uma década de existência e que em muito tem contribuído para o Plano Integrado de Sucesso Escolar (ProSucesso).
- As Sessões de Conto são ainda uma referência extensível ao corpo de docentes, pessoal auxiliar, pais e familiares das crianças, que desta forma contactam, adquirem, complementam e/ou exercitam novas abordagens de mediação de leitura.
- A arte de contar histórias, como qualquer arte é intrínseca e genuína, pelo que nos últimos 10 anos foi feito um investimento pela Direção Regional de Cultura com os contadores, permitindo-lhes receber formação de alguns dos melhores contadores de histórias do país.

c) **DILIGÊNCIAS EFETUADAS**

Foi deliberado proceder à audição da primeira petionária, a cidadã Fernanda Maria Correia de Sousa e do Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC). Foi ainda deliberado solicitar pareceres por escrito às seguintes entidades: EB1/JI Infante D. Henrique, Jardim de Infância da Mãe de Deus, Colégio de Santa Clara, Creche e Jardim de Infância "O Carrocel", EB1/JI de Pico da Urze, EB1/JI do Cantinho, EB1,2,3/JI/S/EA Tomás de Borba, EB1/JI de Doze Ribeiras, EB1/JI da Ribeirinha, EB1/JI de São Mateus, EB1/JI do Posto Santo, Creche e Jardim de Infância da SCM Angra Heroísmo,

Jardim Infantil "O Ninho", Centro Infantil de Angra do Heroísmo "O Baloíço", Jardim Infantil São Gonçalo, EB1/JI da Carreirinha.

A audição da peticionária ocorreu no dia 9 de novembro de 2017 e a audição do SREC ocorreu no dia 4 de janeiro de 2018, ambas na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em Angra do Heroísmo.

1) Audição da peticionária, a cidadã Fernanda Maria Correia de Sousa:

A audição iniciou-se com a apresentação e descrição da origem do projeto que tem 10 anos. A peticionária valorizou a formação que é dada aos contadores e informou que esta foi financiada pela Secretaria Regional de Educação e Cultura.

Diz sentirem-se “descartados” devido à decisão da direção da biblioteca, que nunca mostrou interesse nessas ações. Realçou o trabalho dos contadores de histórias e questiona-se de o porquê do projeto terminar já que estava a funcionar bem, para além de estar a funcionar numa cidade que é património da cultura e a funcionar numa biblioteca onde se deve incentivar a leitura.

Realçou a opinião geral de que esta biblioteca tem uma dinâmica única e acha importante que não se abandone a dinâmica direcionada para os mais novos.

A Deputada Mónica Seidi, do PSD, solicitou as desvantagens deste novo modelo, se já foi implementado e se já houve feedback, ao que a peticionária respondeu, sem querer desprestigiar o trabalho das funcionárias, que o feedback é de que a ação perdeu qualidade, para além de que algumas funcionárias ficaram nervosas no desempenho dessas novas funções já que tem a noção do quão importante eram estas ações no passado.

A Deputada Isabel Quinto questionou se esta petição faz questão de que sejam as mesmas quatro pessoas que contavam as histórias ou se poderão ser outras pessoas e questionou também se as pessoas que estão a desempenhar estas funções agora tiveram formação. Em resposta a peticionária afirmou que é importante ter formação, experiência e valoriza a ligação da pessoa à área da Educação. Informou que as funcionárias tiveram formação, mas dificilmente irão atingir a qualidade dos anteriores.

A Deputada perguntou também se os contadores já saíram, ao que a peticionaria respondeu que continuam a fazer sessões ao sábado para pais e bebés.

O Deputado Rui Martins questionou se foi dada alguma justificação posteriormente e quais foram as justificações, ao que a peticionaria respondeu que lhe pareceu que fosse por falta de verbas, fazendo referencia ao contador que menos agradava a todos e que foi mantido na biblioteca.

A Deputada Isabel Quinto interveio apenas para questionar se este contador é funcionário da biblioteca, ao que a peticionária respondeu que sim.

A Deputada Mónica Seidi questionou como tiveram conhecimento do projeto e se foram convidadas a lá ir e como foi feita a informação sobre a alteração do projeto, ao que a peticionaria respondeu que foram informadas da origem do projeto já as alterações do projeto foi através de contato informal. A deputada questionou também como foi feita a seleção das novas contadoras ao que a peticionária disse que, “pelo que sabe, foi um bocado imposto”.

A Deputada Isabel Quinto questionou se tem a noção se houve aumento do pessoal afeto à biblioteca, ao que a peticionaria respondeu que não sabe ao certo, mas que lhe parece que não houve aumento.

2) Audição do Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC):

O SREC começou a sua audição por dizer que as sessões de contos na Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro decorrem há mais de uma década e decorrerão por muito mais tempo. Estas acontecem à sexta-feira destinadas às escolas e aos sábados abertas a pais e encarregados de educação.

Estas sessões têm como objetivo familiarizarem os estudantes com os livros e estimularem o gosto pela leitura, sendo assim auxiliares importantes do ProSucesso.

Esta petição pretende que estas sessões continuem a ser conduzidas pelos anteriores contadores Ana Janeiro Couto, Flávia Medeiros, Nisa Cabral e Paulo Freitas. Informou que no ano letivo 2017/2018 a Direção da Biblioteca entendeu introduzir nas sessões também pessoal interno afeto à secção infantojuvenil desta Biblioteca que foi recentemente reforçada de três para sete técnicos superiores e assistentes técnicos operacionais.

O modelo atual, em experimentação, é um modelo que confere a estes colaboradores a condução das sessões às sextas-feiras e a colaboradores externos a condução das sessões aos sábados. Além disso os contadores internos foram sujeitos a uma formação que decorreu em setembro sob a orientação de Ricardo Ávila que é um formador interno e em outubro sob a orientação de Cristina Taquelin, formadora externa.

Informou ainda que na base da alteração realizada encontra-se uma motivação financeira para que a Biblioteca possa continuar as sessões e possa projetar e executar outros programas, acrescentando que as sessões de contos custavam cinquenta euros por sessão, quatrocentos euros por mês, quatro mil e oitocentos euros por ano, o que equivalia a um terço do orçamento global da Biblioteca o que impedia a secção infantojuvenil de desenvolver outras atividades.

Disse ainda que o importante realçar é que as sessões de contos prosseguem com as mesmas vantagens e que a Biblioteca adquirirá capacidade de lançamento de mais e proveitosos projetos.

A Deputada Mónica Seidi perguntou se houve alteração ao orçamento da Biblioteca e quais eram os serviços de outsourcing da mesma, questionou ainda que valores foram gastos em outsourcing. Perguntou sobre o porquê de se mexer num modelo que funciona e porque não notificaram as escolas das alterações que foram realizadas. Perguntou também sobre os custos da formação que foi dada aos contadores e se o SREC tem conhecimento se houve uma contraproposta para alteração dos valores por parte dos anteriores contadores. Perguntou também se foi imposto aos novos contadores de história prestar este serviço.

Em respostas o SREC disse que o orçamento de hoje não era, naturalmente, igual há 2 anos por via da alteração de instalações e do acréscimo de valências fazendo referência de que o orçamento é sensivelmente o dobro neste momento. Relativamente aos motivos de se ter mexido foram explicitados na intervenção inicial, não sabendo informar se as Escolas foram ou não notificadas acrescentando que, se não foram, poderiam ter sido, mas que não via aqui problema de maior. Relativamente à Formação, informou que esta foi paga pela SREC a um formador externo e que não sabia se houve contraproposta ou não, considerando que o que está em causa aqui é a opção de utilizar quadros próprios para o desempenho destas mesmas

ações acrescentando que os novos contadores estão contentes com o trabalho que realizam e mesmo entusiasmados. Relativamente ao outsourcing disse não ter essa informação.

A Deputada Mónica Seidi interveio ainda para dizer que houve contraproposta por parte dos contadores para a baixa de preço e que já houve um pedido de rescisão de contrato porque não se sentia bem nas funções de contador de história. Ao que o SREC reagiu dizendo que é natural que numa mudança haja resistências, não significando isso necessariamente uma baixa da qualidade e uma menor exigência pretendida pela biblioteca.

Outros pareceres:

Os pareceres solicitados e recebidos à data de aprovação deste relatório são anexos do mesmo.

CAPÍTULO IV

Parecer

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições efetuadas, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PS, PSD, PPM e com a abstenção do CDS-PP, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por 474 cidadãos, deve a mesma ser apreciada em Plenário da Assembleia

Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 192º do respetivo Regimento;

2. A presente petição tem como principal objetivo que as sessões de contos da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro continuem a ser realizadas somente pelos antigos contadores.

3. Os peticionários acham que as sessões de contos às sextas-feiras perdem qualidade com os contadores atuais.

4. Foi clarificado, pelo Secretário da tutela, que as sessões continuam e são para continuar, já que são um instrumento essencial daquele que é o Programa ProSucesso.

5. Ficou claro também que a Biblioteca, numa opção de gestão, optou por aproveitar o aumento de recursos humanos afetos à secção infantojuvenil para potenciar esta e outras atividades destinadas a este público.

6. Foi também esclarecido que os atuais contadores foram alvo de formação para o desempenho destas funções.

7. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com responsabilidade e competência na matéria.

Contatados a Representação Parlamentar do PCP e o Grupo Parlamentar do BE, embora sem direito a voto na Comissão Permanente de Assuntos Sociais, os mesmos não se pronunciaram.

O Relator: João Paulo Ávila

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente: Renata Correia Botelho

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Isabel Quinto tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Quinto (PS):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Em primeiro lugar, o Grupo Parlamentar do PS quer naturalmente saudar os 474 peticionários que exerceram um direito consagrado no nosso Estatuto e realçar que compreendo o objeto da Petição referente à continuação das sessões de conto dinamizadas pelos atuais contadores, desenvolvidas na secção infantojuvenil na Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silveira Ribeiro, em Angra do Heroísmo.

Todos nós temos consciência e concordamos que esta iniciativa com uma década é uma referência a nível regional e até mesmo nacional. É um projeto de excelência que muito contribui para o programa PROSUCESSO.

É uma atividade que leva as crianças em idade pré-escolar a desenvolver atitudes positivas em relação a si próprias e aprendizagem da leitura e da escrita, bem como a descoberta do prazer a estas ligado.

Hoje, a literacia é uma exigência da própria democracia...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e condição de não exclusão.

Quando nos falta capacidade de compreender, analisar, refletir, interpretar, interrelacionar informação escrita, tornamo-nos muito mais limitados no que diz respeito à nossa atuação em sociedade e ao exercício dos nossos direitos.

A literacia é, portanto, condição de cidadania.

Assim, a aprendizagem da leitura e da escrita é um processo que deve ser iniciado precocemente e não apenas com o ensino informal começa.

Contudo, não se pretende uma introdução formal à leitura e à escrita, mas sim facilitar o contacto com a linguagem escrita.

Assim, o Grupo Parlamentar do PS regista com muita satisfação o facto das sessões de conto na Biblioteca Luís da Silva Ribeiro manterem-se com a mesma frequência, o que garante que as nossas crianças continuam a participar na atividade à sexta-feira acompanhadas pelos docentes que integram as instituições por ela frequentadas e ao sábado com os seus pais, encarregados de educação e familiares.

Realçamos ainda o facto de a Biblioteca Infantojuvenil ter passado de três funcionários para sete a tempo inteiro, mas o sucesso da atividade não está apenas garantido pelo aumento numérico de funcionários. Efetivamente observamos que a qualidade do serviço está assegurada, pois os novos contadores que fazem parte do quadro da biblioteca já estão devidamente capacitados tendo recebido formação, quer através

de um formador interno, quer de pessoas conceituadas a nível nacional, como é o caso da Dra. Cristina Taquelim.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Há que referir que a preocupação da Direção da Biblioteca com a qualidade da atividade foi sempre notória e por isso a mudança dos contadores de histórias não foi radical, pois o processo está a ser feito de forma gradual, uma vez que os contadores internos asseguram a atividade da sexta feira com as instituições e os contadores externos mantêm a atividade ao sábado com as crianças acompanhadas pelos seus familiares.

Aliás, é explícito na maioria dos pareceres que foram pedidos às instituições que participam nesta atividade, de que a sua grande preocupação é a manutenção da mesma, não referenciando a manutenção dos quatro contadores de histórias mencionados na Petição.

Assim, estando garantida a permanência da atividade de sessões de conto e sendo certo de que a mesma é exercida por agentes da Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo, com formação e crescente experiência, não duvidamos que a continuidade desta atividade continuará a dignificar o serviço educativo da Biblioteca e a colaborar para a educação plena de todas as nossas crianças.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sr. Membro do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD obviamente que vê também com bastante agrado a admissão desta Petição e a sua leitura e discussão aqui, em plenário, numa Petição que reuniu 474 assinaturas de pais de crianças.

Portanto, houve aqui uma preocupação generalizada não pelo facto das sessões estarem em risco, como até foi discutido na Comissão, mas sim pela continuação da qualidade destas mesmas sessões na Biblioteca de Angra.

Os pais temiam que a qualidade fosse posta em causa, porque obviamente os contadores que estavam e que ainda estão a fazer o trabalho já tinham experiência, eram pessoas com formação na área, formação que depois foi aprofundada até pela própria biblioteca, e eu própria também pude constatar isso, as sessões ao sábado eram obviamente sessões, e são ainda, muito interativas e realizadas por pessoas que nós vemos que têm vocação para contar histórias, que não é o caso que acontece a toda a gente.

Esta Petição, porém, surge numa altura em que os contadores iriam ser afastados. Curiosamente, depois da admissão desta Petição em plenário já houve aqui uma reversão desta medida e parece que os contadores continuam, e ainda bem, integrados ao sábado. Nós, obviamente, ficamos contentes com essa alteração.

Esperemos, sim, que essa alteração zele pela continuidade da qualidade naquilo que assistimos.

O que obviamente não pode merecer a nossa concordância é o facto de os funcionários atuais terem sido praticamente impostos a contar histórias. Isso também foi transmitido pela peticionária. Obviamente que a arte de contar histórias não é uma arte para qualquer um e obviamente que há funcionários que não teriam essa vocação e que foram impostos à realização das mesmas.

De resto, o Grupo Parlamentar do PSD vê obviamente com bons olhos esta alteração, ou seja, que os contadores que já estão a fazer esta função permaneçam para já pelo menos ao sábado. Esperemos, sim, que os atuais funcionários, ou seja, os novos, se sintam cada vez mais aptos a fazer este tipo de atividade e que não ajam por imposição, mas sim por gosto e dedicação.

Obrigada.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiramente, o Grupo Parlamentar do CDS-PP pretende saudar os peticionários, nomeadamente a primeira signatária, a Sra. Fernanda Maria Correia de Sousa na transmissão desta que é uma preocupação dos peticionários na continuidade das sessões de conto, dinamizadas da forma que estariam a ser anteriormente, através deste instrumento de participação cívica que nos aproxima a todos nós, eleitores e

representantes eleitos, o que é sempre benéfico para uma sociedade dinâmica.

Em relação à Petição aqui em causa, efetivamente a preocupação dos peticionários seria a alteração realizada quanto aos contadores de histórias. Parece-nos que iniciativas como estas são sempre de louvar, pois claro que já está comprovado que estas sessões de leitura e o contacto com a mesma, desde as crianças mais jovens, é sempre benéfico no seu percurso e o contacto com a leitura, com o manuseamento de livros, até porque as sessões são realizadas na Biblioteca também lhes dá o contacto com aquele espaço pelo respeito que deve existir, pela convivência e a forma como elas também são contadas certamente contribuirá para outros valores como a criatividade, a imaginação, a teatralidade e foi esta questão que foi posta aqui em causa pelos peticionários.

Efetivamente, entretanto, já existiu aqui uma alteração em que ao sábado já é realizado por um dos contadores de histórias anteriores e a verdade é que, apesar dos funcionários da biblioteca terem tido formação, não é com essa formação que conseguimos ganhar a vocação para determinada arte.

Portanto, foi importante este voltar atrás, digamos assim e fazer com que ao sábado fosse possível ser com pessoas que para além da formação, para além da experiência, têm também a vocação.

Como tal, o Grupo Parlamentar do CDS-PP considera iniciativas como esta, como a hora do conto, importantes para a formação das

crianças, com grande significado pedagógico, porque são, sem dúvida, um contributo para o desenvolvimento destas crianças.

E vê com agrado, e reforça aqui a ideia de ao sábado poder ser novamente a sessão feita por alguém com vocação, pois como já disse anteriormente, não é a formação que nos dá a vocação.

Eu, se tivesse formação para a área de teatro não era de uma hora para a outra que ia ser uma grande atriz. Portanto, isto é mesmo assim e há coisas que nascem e que nos são inatas.

Portanto, esta experiência e vocação são muito importantes para também, hoje em dia em que as crianças cada vez mais têm uma panóplia de outros recursos, os atrair para estas atividades.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, o título era “Petição pela continuidade das sessões de conto”. Parece que estava em causa a qualidade das mesmas.

Eu também considero que é uma atividade, pela informação que recolhi, com grande sucesso e uma atividade de grande qualidade.

Por isso, os peticionários estavam preocupados com as condições para que esta qualidade se pudesse manter, para que esta aposta se pudesse manter.

Entretanto, depois da Petição ter entrado ela também já obteve resultados concretos.

Obviamente, no âmbito do relatório é possível verificar que aquele velho adágio de que “quem conta um conto, acrescenta um ponto”, é algo que o Governo e as instituições contactadas, as instituições com ligações institucionais, tiveram oportunidade de acrescentar aqui uma informação à Petição e a informação é que não têm que ficar preocupadas porque nós vamos garantir que essa qualidade possa permanecer.

De facto, antes da Petição não existia essas garantias e aqui está o ponto que foi acrescentado.

Depois dizer, já que estamos a terminar a nossa sessão, que é óbvio que esta atividade que é desenvolvida há 10 anos obteve um bom sucesso. Temos neste momento bons contadores de histórias, excelentes contadores de histórias, no mundo histórias, nomeadamente por parte do Governo Regional.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Começar obviamente por saudar os 474 subscritores desta Petição na pessoa da Sra. Fernanda Maria Correia de Sousa, como primeira subscritora, e aproveitar para saudar também as contadoras de histórias Ana Janeiro do Couto, Flávia Medeiros, Nisa Cabral e o contador de histórias Paulo Freitas, pelo empenho e sobretudo pela paixão que dedicaram a este projeto das sessões de contos na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo e pela

paixão também com que acreditando naquilo têm vindo a fazer ao longo de vários anos, com tempos diferentes cada um deles, acreditando com tanta convicção no seu trabalho, na qualidade do seu trabalho e sobretudo nas consequências altamente positivas do seu trabalho.

Eu tenho aqui uma notícia de janeiro deste ano em que as sessões de contos para bebés, na biblioteca ao sábado, têm lista de espera. Penso que isto é, de facto, uma notícia e um fenómeno que nos deve obrigar a todos e todas que nos queixamos, até como educadores e os professores, de que os jovens e as crianças não leem, têm relutância pela leitura, têm outros instrumentos agora de acesso à informação e à comunicação, mas a leitura não é só para ler, é para aumentar também a nossa mundividência, a nossa capacidade crítica e criativa.

Portanto, o sucesso, que é, como quem diz, a qualidade e a paixão que estes contadores de histórias que eu referi puseram neste trabalho, também está provado num acontecimento semanal, as sessões de contos que têm, vejam bem, lista de espera.

Já se disse quase tudo na análise, por outros colegas, desta Petição, até na boa consequência que ela teve, que é passar de uma situação de imprevisibilidade quanto à continuidade ou não destas sessões, quanto a que estes contadores que já têm experiência, formação e que são reconhecidamente bons, para não dizer excelentes contadores de histórias, na dinâmica interativa que criam com as crianças.

Já quase tudo foi dito. Afinal as sessões continuam, a experiência destes contadores não é posta de lado, pelo contrário, continuamos a

usufruir dela pelo menos aos sábados, mas há uma coisa a propósito desta Petição que também tem que ser dita:

O Sr. Secretário Regional da Educação foi ouvido, a propósito desta Petição, na Comissão de Assuntos Sociais, e referiu que o preço, o custo destas sessões era, enfim, inoportável, quando comparado com o orçamento geral da própria biblioteca.

Sras. e Srs. Deputados, este mesmo governante considera as sessões de conto um instrumento fundamental para o PROSUCESSO, di-lo também em sede de comissão. Um instrumento fundamental para o PROSUCESSO! Mas acha que 50 euros por sessão é um custo inoportável!

Ora bem, eu agora já não me dirijo aos peticionários, porque já lhes reconheci todo o valor do empenho e da paixão com que defenderam, porque acreditam naquilo que fazem, a continuidade do seu projeto, mas refiro-me a um Secretário Regional da Educação que tem um instrumento na mão que ele próprio considera fundamental para o sucesso das nossas crianças e jovens, mas simultaneamente considera que 50 euros por sessão é um preço inoportável.

Sr. Secretário Regional, não fique com esse ar incomodado...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O Governo não pode falar!

A Oradora: ... porque aquilo que eu estou a dizer consta do relatório da Comissão de Assuntos Sociais à qual qualquer Deputado tem toda a legitimidade de se referir...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... quando faz análises de iniciativas nesta casa.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não foram colocadas questões!

Apenas referidas afirmações que estão no relatório!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A questão que se colocava aqui era de o Governo não poder intervir nesta figura regimental, era a questão que estava a ser colocada (foi visado).

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, para concluirmos este ponto tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Congratulamo-nos com a apresentação desta Petição e saudamos todos os seus peticionários.

O PCP reconhece e sabe a importância das sessões de contos da Biblioteca Pública do Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro na Ilha Terceira.

Questão central e essencial desta Petição é a manutenção desta iniciativa, das sessões dos contos e se possível do reforço dessas e de outras atividades neste âmbito que tem um papel central de estímulo à leitura.

Acreditamos que se devem criar todas as condições para que se mantenham as outras iniciativas e que se encontre a melhor solução

na base do bom-senso para integrar os antigos contadores e existir uma conjugação de esforços entre os atuais e os antigos contadores.

Em nosso entender, para bem da cultura, do conhecimento e do desenvolvimento desta iniciativa assim deve acontecer.

À Secretaria Regional da Educação, enquanto entidade tutelar, compete a especial responsabilidade estabelecer as pontes para promover os necessários consensos no sentido de compatibilizar a manutenção da colaboração dos atuais contadores de histórias com o projeto mais amplo, desenvolvimento de um conjunto variado de atividades, tendo por objetivo a verdadeira promoção e divulgação da nossa cultura.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos este nosso ponto da Agenda. Vamos continuar os nossos trabalhos.

Passamos para o **pedido de urgência** requerido pelo PSD: **Projeto de Resolução n.º 78/XI – “Ligações marítimas diárias da Atlânticoline a todas as ilhas do grupo central e restabelecimento da ligação entre a Calheta de São Jorge e o Porto das Pipas”**.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O PSD apresenta esta Resolução pelo momento em que estamos. Esta é a oportunidade de discutir este problema e de corrigir aquilo que foram as opções do Governo Regional e da Atlânticoline na sequência do infeliz acidente do navio Mestre Simão e que obrigou a

reestruturar aquilo que era a operação de verão prevista pela Atlânticoline e entendemos que é este o último momento para fazer isto em tempo ideal.

E por isso é que esta Resolução é urgente, a sua aprovação é urgente, o seu debate, passe a redundância, de urgência, tem que ser feito agora.

Portanto, entendemos que é urgente repor o serviço às populações nomeadamente na ligação Calheta/Angra que ficou claramente prejudicada por esta reestruturação da Atlânticoline, é urgente aumentar, como o PSD sempre tem defendido, as ligações por ferry à Ilha Graciosa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É urgente dar maior resposta ao pico de passageiros em época alta que ainda no ano passado fez com que em várias ocasiões não houvesse um único lugar disponível quer por via área, quer por via marítima, nalgumas ligações interligas e com o crescimento do turismo se prevê que possa vir a causar novos constrangimentos no pico de época alta este ano; é urgente responder e acudir aos operadores turísticos, aos empresários desta Região que já tinham feito os seu pacotes, que já tinham contratos assinados com clientes, já tinham negócios montados, nomeadamente dependendo da linha lilás que foi suspensa e que não encontraram por parte do Governo uma resposta adequada àquilo que eram os pacotes que tinham contratualizados,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e é urgente, é mesmo urgente, acelerar as obras nas infraestruturas portuárias,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... quer da Calheta, que já estão em curso, quer do porto das Pipas, que se encontram eternamente adiadas, e que o acidente...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Se os apartes da bancada do CDS me permitirem continuar, eu gostaria.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Que sensível!

O Orador: E é urgente responder a esta necessidade de infraestruturas e que o Governo Regional não aproveite aquilo que foi um infeliz acidente com um navio para voltar a adiar o início das obras no porto das Pipas que há muito tempo estão prometidas e orçamentadas.

Portanto, julgamos que a não aprovação desta urgência e não discussão e também aprovação deste diploma vai significar uma oposição inaceitável por parte do Governo e do Partido Socialista às preocupações expressas neste diploma que o PSD hoje aqui atrás.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Antes de mais para justificar que efetivamente o Grupo Parlamentar do CDS considera que esta é sem dúvida uma questão urgente que é necessário debater, a suspensão da linha lilás e as alterações que isso provocou nos horários da Atlânticoline, é um assunto que é urgente, uma vez que já estamos em março e, portanto, urge tentar arranjar aqui, porque acreditamos que no debate e na discussão de ideias a que o Partido Socialista alega muitas vezes estar disponível, ainda poderíamos criar aqui uma alteração que fosse menos prejudicial, nomeadamente para o concelho da Calheta e para o de Angra do Heroísmo.

Entretanto também consideramos que ainda existem alternativas que são necessárias apurar, pois quando olhamos para os horários, por exemplo, verificamos que na ilha amarela existem 24, dos 45 terças-feiras e sábados em que o barco está parado, um barco que foi contratado para operar e que tinha que ser otimizado por forma a minimizar esta questão. As questões ficam no ar: é necessário reajustar horários? É necessário contratar mais tripulações?

Achamos que aqui ainda poderá existir uma solução.

Em relação aos preços, qual é o ponto de situação do que foi dito por parte da Sra. Secretária, em relação aos 9,2 milhões de euros que foram entregues por parte da seguradora por perda total do navio...

Presidente: Sra. Deputada, vamos cingir-nos à questão da urgência, se faz favor.

A Oradora: Vou já, vou já.

Só para terminar o raciocínio, e em relação a este valor, vamos supor uma taxa de 1%, dará praticamente 1 milhão de euros por ano. O que é que o Governo vai fazer com este valor?

Portanto, há uma série de questões relativamente a esta questão da suspensão da linha lilás que nos parece que têm que ser esclarecidas, pois como ainda ontem foi dito nesta Casa não podemos nem compactuar com a prática de dividir para reinar, pormo-nos todos uns contra os outros, não é isso que se pretende.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

A Oradora: Portanto, é necessário clarificar aqui uma série de questões e para minimizar o impacto negativo que estas alterações...

(Apartes inaudíveis)

A Orador: ... vão causar. É necessário discutir urgentemente estas questões que irão prejudicar de uma forma clara o concelho da Calheta e o concelho de Angra do Heroísmo, porque acreditamos que nem Angra, nem a Calheta podem ficar dois anos fora do mapa a ver passar os navios.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Sr. Membro do Governo:

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Este assunto e este Projeto de Resolução apresentado pelo PSD o seu objeto é de facto urgente e merece toda a atenção desta Casa, mas é de facto também um assunto que tem alguma complexidade e exige desta Casa um tratamento com algum tempo...

Deputado André Bradford (PS): Mas as duas coisas não é possível!

O Orador: ... e uma análise profunda e pormenorizada de todas as opções possíveis e por isso até apelo ao proponente que neste sentido reavalie a sua proposta de urgência para urgência em Comissão.

Nós consideramos que este assunto merece uma atenção muito mais pormenorizada do que é possível em algumas horas de plenário.

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Consideramos que, de facto, o assunto é urgente, mas é também tão importante que merece a melhor atenção por parte de todos os Deputados e Deputadas desta Casa.

No entanto, o Bloco de Esquerda não quer impedir que ele seja debatido, por isso iremos abster-nos na votação do pedido de urgência se for esse o entendimento do PSD em manter o pedido de urgência.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Sr. Membro do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista compreende a importância do tema aqui trazido a esta Assembleia pelo Grupo Parlamentar do PSD, mas também considera que este assunto por ser tão importante e por ser tão complexo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem uma complexidade!

O Orador: ... deve ter uma análise cuidada e de forma pormenorizada na Comissão de Economia.

Um análise cuidada dos números propostos para a operação proposta aqui pelo PSD, tentar perceber o seu impacto financeiro, a sua capacidade ou não de ser executado também tecnicamente e por isso deve baixar à Comissão, porque estamos a falar de uma operação que

foi alterada não por opção do Governo Regional mas sim por um infeliz acidente que retirou um meio importantíssimo e um recurso disponível para a realização do transporte marítimo na Região Autónoma dos Açores e uma vez que a proposta de forma alargada mexe com toda a linha amarela, este assunto deve ser debatido e analisado em sede de Comissão com vários pareceres e com várias audições.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não apoiado!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, aliás, Sr. Deputado Berto Messias, que é quem fica a assegurar as sextas-feiras,...

(Risos de alguns Deputados)

... porque o Governo Regional deve ter uma Agenda muito carregada para o sábado e para o domingo:

Devo dizer o seguinte em relação a esta matéria:

Esta matéria que este Projeto de Resolução aqui nos traz é, de facto, urgente, muito urgente. Aliás, a sua urgência justifica-se pelo facto

de, decorrido todo este tempo, o Governo Regional ainda não ter preparado uma resposta às necessidades que decorrem do acidente que sucedeu com o Mestre Simão.

O Governo deveria ter respondido – é isso que nós vemos em todas as situações, em todos os Governos, os Governos preparados, com capacidade de resposta e de planificação – de imediato.

O verão está aí à porta, é necessário preparar essas respostas, é necessário que os operadores, os passageiros, planifiquem a sua atividade. De facto, não pode existir um período muito longo em que ninguém sabe o que irá acontecer e ninguém sabe de que forma é que as respostas às necessidades irão ser implementadas.

Portanto, este era um bate e esta era uma solução que já deveria ter sido apresentada por parte do Governo Regional.

Não tendo sido, o PSD apresenta aqui um Projeto de Resolução com urgência, justamente com urgência, porque estas questões têm que ser resolvidas com urgência, mas o que eu já vi é que muitas vezes a técnica é chumba-se a urgência, debate-se depois em Comissão e passados três ou quatro meses o que se diz é: não, não, agora já está fora de prazo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... portanto, o assunto não foi discutido no momento adequado, agora nós já temos respostas, nós entretanto já desenvolvemos este assunto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Meus senhores, este é o tipo de diálogo que ocorre no âmbito de situações em que, de facto, é preciso uma resposta, a colaboração de todos, e há sempre alguém que está indisponível para dialogar, há sempre alguém que está indisponível para valorizar o mérito das iniciativas dos outros.

Portanto, é de facto urgente e este tipo de questões já deviam estar planificadas há muito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O reforço da linha lilás nas suas frequências e com este serviço alargado em todo o grupo central é, desde há muito, uma preocupação concreta o PCP. Aliás, já em abril de 2016, no X Congresso Regional, o PCP aprovou uma proposta de resolução política em que te tal proposta ficou bem explícita: nós achamos que é urgente, aqui e agora, discutir este Projeto de Resolução.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação deste pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Sr. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor de PCP, 1 voto favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O PSD apresentou e votou favoravelmente a discussão urgente desta proposta, porque é efetivamente urgente resolver estes problemas em vez de os adiar e com a posição que o Partido Socialista aqui apresentou neste Parlamento ficou provado que o PSD é a favor da resolução destes problemas com a operação marítima, antes do início da mesma, e o Partido Socialista é contra.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ficou provado que o PSD é a favor do aumento das ligações marítimas por ferry e do desenvolvimento da ilha Graciosa e o Partido Socialista é contra.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ficou provado que o PSD é a favor da alavancagem e do desenvolvimento económico do concelho da Calheta, que muito precisa dessa ajuda, e o Partido Socialista é contra.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ficou provado que o PSD quer que arranquem as obras no porto das Pipas...

Presidente: Sr. Deputado Luís Rendeiro, é uma declaração de voto à questão da urgência e não ao diploma.

O Orador: Estou a justificar por que é que era urgente, Sra. Presidente, porque o adiamento...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... desta questão para Comissão vai inviabilizar a resolução urgente e em tempo útil destes problemas, e o Partido Socialista é contra.

E o Partido Socialista volta a ser contra e nós somos a favor da resolução urgente deste problema porque estão afetados negócios, empresas, empresários e turistas que já fizeram contratos.

Nós somos a favor. Os senhores são contra.

Portanto, o Partido Socialista votou aqui contra o desenvolvimento das ilhas e dos concelhos em causa, com a ferramenta de alavancagem económica que aqui estava em causa. O PSD é a favor.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Queremos aqui afirmar a nossa posição, em relação a termos votado favoravelmente esta urgência. Porque consideramos que efetivamente este é assunto urgente e que o adiamento desta iniciativa para Comissão vai inviabilizar a possibilidade de uma resposta em tempo útil a este que é um problema de hoje, de agora e que é necessário prepararmos para o verão que aí vem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Os argumentos apresentados pelo Partido Socialista não nos parecem válidos, uma vez que esta situação ocorreu agora. Portanto, queremos acreditar que quer o Governo, quer a Atlânticoline, tiveram a estudar ao mais ínfimo pormenor todas as questões que estivessem relacionadas com a situação que ocorreu e por forma a apresentar os horários que estão agora disponíveis.

Portanto, acho que estavam criadas todas as condições para que pudéssemos promover o debate e a discussão de ideias agora aqui neste momento.

Também mais uma vez fica aqui comprovado e agora em relação a esta questão que surgiu com o Mestre Simão que a verdade é que é prática do Governo: o avião avaria, não há capacidade de resposta do Governo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... houve este incidente com o barco, não há capacidade de resposta,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... não é promovido o debate de ideias e de alternativas para todos juntos chegarmos a uma solução que não prejudicasse desta forma dois concelhos. É esta a posição do CDS e vamos estar aqui sempre prontos e disponíveis para o diálogo, para o debate de ideias, no sentido de chegar a uma solução que não prejudique desta forma o concelho da Calheta e o concelho de Angra do Heroísmo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Zuraída Soares para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

O Bloco de Esquerda absteve-se na votação da urgência desta iniciativa legislativa por duas razões fundamentalmente:

Primeiro, nós pensamos que o reconhecimento da urgência de uma solução, para o problema das ligações que agora estão em causa, é reconhecida por todos. Portanto, não nos parece que valha a pena debater mais uma vez essa urgência, quando todos estamos de acordo que é urgente.

Agora o que nós queremos é soluções do Governo Regional que já deveriam estar postas em cima da mesa.

Não me parece também que seja durante este debate...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Não me parece também que seja ao longo deste debate, com uma bancada governativa onde está apenas um secretário, onde não está a Atlânticoline, já agora, que é, digamos, uma entidade muito importante para ser ouvida e para nos esclarecer, onde não está mais ninguém, que nós aqui vamos encontrar soluções.

Por isso, convidámos o PSD a transformar a sua urgência de debate, aqui e agora, numa urgência em Comissão, o que permitiria que até ao próximo plenário nós ouvíssemos as entidades que achamos importantes para nos darem respostas concretas e soluções e em abril estaríamos aqui a debater não a urgência, mas as soluções que temos para o problema.

Mas porque reconhecemos exatamente que é impossível não considerar urgente o que está em causa, não queremos inviabilizar o debate, se a maioria assim o entender e abstenção é tão só isto.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

O Partido Socialista votou da forma como votou para que este assunto pudesse ser cabalmente discutido, analisado em comissão, com as entidades todas, que todos os deputados desta Assembleia que compõem a Comissão de Economia achem que se devem pronunciar sobre este assunto.

O Partido Socialista retomou o transporte marítimo de passageiros na Região Autónoma dos Açores...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e não recebe lições de ninguém...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... nem daqueles que não apresentam financeiramente,...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... nem daqueles que atiram para cima da mesa propostas sem trazer o envelope financeiro necessário para a executar e também muito menos daqueles que acham que a linha amarela é atirar dinheiro para o mar.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isto é uma resolução, Sr. Deputado!

(Neste momento, a Deputada Graça Silva substituiu a Deputada Bárbara Chaves na Mesa)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Srs. Membros? Agora estás mal!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): “Sessenta milhões atirados ao mar”, dizia o Sr. Deputado!

O Orador: Nós votámos esta urgência favoravelmente, porque somos a favor da preparação e da planificação.

Nós votámos a favor desta urgência, porque somos contra a improvisação, a falta de resposta por parte do Governo Regional em relação a estas matérias.

Nós votámos a favor desta urgência, porque já não falta aquela que é a perspetiva da Atlânticoline. Essa já foi transmitida. Dizem-me: bom, mas era muito importante, era fundamental e é um motivo para

inviabilizar esta urgência que a Atlânticoline tivesse oportunidade de fazer chegar os dados e aquelas que são as suas soluções.

Mas eu quero dar uma informação a esta câmara, é que essa informação que será debatida na Comissão já existe, já foi publicamente veiculada. Presumo que não resolve os problemas da Graciosa, significa menos toques na Ilha Terceira e significa também que prejudica gravemente a Ilha de São Jorge. Essa informação já é pública.

O que é que falta então, já existindo essa decisão, já existindo essa perspectiva, para que a urgência seja discutida com o conhecimento do dossier em questão?

Há aqui quem tenha dito: falta o dossier financeiro!

Eu estou há 10 anos no Parlamento, nunca vi um Projeto de Resolução acompanhado de um dossier financeiro.

E há uma segunda questão: falta o membro do Governo que tutela o setor.

Bem, mas essa é uma responsabilidade dos partidos da oposição, ou essa é uma irresponsabilidade do Governo Regional nesta matéria?

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão...

O Orador: Porque se já temos os dados técnicos, se a Atlânticoline já tem...

Presidente: Está no âmbito de uma declaração de voto, Sr. Deputado. Peço-lhe que não interpele o Governo, porque sabe que uma declaração de voto não pode ser alvo de protestos e naturalmente não é o continuar do debate.

O Orador: Sra. Presidente, respeito obviamente aquela que é a sua perspetiva, mas veja bem, eu estou a justificar que voto a favor e voto a favor por todos estes motivos e há motivos, um deles, que na minha perspetiva não pode inviabilizar a urgência, que é a ausência do Membro do Governo que tutela este setor. E essa ausência é uma irresponsabilidade, quando estava planificado e está aqui na ordem de trabalhos que este assunto será discutido.

De quem é a irresponsabilidade do Governo não dizer “presente” nesta matéria? De quem é a essa irresponsabilidade?

Obviamente que cabe ao Governo.

Por que é que não está aqui?

Não está aqui porque não está interessado em resolver estas questões com a urgência devida...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, peço-lhe pela segunda vez que não interpele o Governo.

O Orador: ... e servir assim a população dos Açores.

Termino, Sra. Presidente.

Nada justifica que esta urgência tenha sido inviabilizada e evidentemente as pessoas, a população em geral, os agentes que estão no terreno, os empresários, todos vão perguntar: mas afinal qual é a nossa perspetiva, como é que é possível montar um negócio, como é que é possível viabilizar a atividade que estamos a desenvolver com esta falta de planificação e com esta falta de perspetiva para o futuro? É evidente que não é, e não é porque o Governo Regional é um entrave para o desenvolvimento dos Açores.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, ainda bem que terminou, porque senão tinha mesmo que impedir que continuasse.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

(Pausa)

Não havendo, este ponto fica também encerrado. Vamos avançar com os nossos trabalhos, nomeadamente para o ponto quatorze da nossa Agenda: **apresentação do relatório e parecer intercalar relativo à apresentação de propostas legislativas inseridas no âmbito e objeto da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia (CEVERA).**

O Sr. Relator da Comissão, o Deputado João Vasco Costa vai apresentar o relatório e depois há um período para esclarecimentos, debate em que cada grupo e representação parlamentar pode usar da palavra uma única vez, por um período limite de cinco minutos.

Deputado João Vasco Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

**RELATÓRIO E PARECER INTERCALAR RELATIVO À APRESENTAÇÃO
DE PROPOSTAS LEGISLATIVAS INSERIDAS NO ÂMBITO E OBJECTO
DA COMISSÃO EVENTUAL PARA A REFORMA DA AUTONOMIA DOS
AÇORES**

Horta, 20 de Março de 2018

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

Considerando que as várias forças políticas representadas neste Parlamento, no âmbito de um processo comumente referido como de reforma da Autonomia, diagnosticaram, em tempo, um conjunto de situações, entre outras, jurídico-institucionais, atinentes ao concreto exercício da participação político-eleitoral, do sistema de governo, das relações intrapoderes, nos âmbitos das organizações política e territorial, bem como ainda do aperfeiçoamento de competências e consolidação do Adquirido Autónimo;

Considerando que essas forças políticas mantiveram conversações preliminares em que consensualizaram a necessidade de um novo ímpeto reformista acerca da arquitetura jus-constitucional e estatutária da nossa Autonomia, de sua natureza gradual e dinâmica, e inseriram nas suas propostas eleitorais objetivos concretos atinentes a esse desiderato, garantindo assim um acréscimo de legitimação democrática e a correlativa obrigação política de meios de tudo fazer para o efetivar;

Considerando que é a própria Autonomia que, na sua dinâmica e interação com as novas realidades, impõe novas ambições e reclama redefinição de competências, como é manifestamente o caso da consagração do conceito de «gestão partilhada» do nosso Mar,

consagrada na terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores;

Considerando que a primacial importância e ambição duma reforma autonómica a todos convoca e responsabiliza, numa postura de máximo sentido institucional, visão de regime e priorização autonómica, e que os objetivos a alcançar só serão possíveis mediante um complexo e elevado trabalho de consensualização, técnica e política, em que o consenso porventura alcançado será o melhor argumento e mais uma vez prova da nossa maturidade democrática e autonómica;

Considerando que esta magna tarefa deve ter como preocupação impostergável, ao nível procedimental, a facilitação e promoção da participação da sociedade civil ao nível das soluções a consensualizar nesta reforma autonómica;

Assim, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos do artigo 43.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e do n.º 1 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, resolveu aprovar a Resolução n.º 4/2017/A, de 24 de fevereiro, que criou a Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia (CEVERA).

CAPÍTULO II

1. Composição da Comissão

Nos termos da resolução que a criou, a CEVERA ficou constituída por 13 deputados, sendo 7 do Partido Socialista, 2 do Partido Social Democrata, 1 do Centro Democrático Social / Partido Popular, 1 do Bloco de Esquerda, 1 do Partido Comunista Português e 1 do Partido Popular Monárquico, tendo tomado posse:

Presidente – Francisco Coelho (PS)

Secretário – João Costa (PSD)

Relator - João Vasco Costa (PS)

Artur Lima (CDS)

Francisco César (PS)

João Corvelo (PCP)

José Contente (PS)

Luís Garcia (PSD)

Miguel Costa (PS)

Paulo Estevão (PPM)

Renata Correia Botelho (PS)

Susana Costa (PS)

Zuraida Soares (BE)

2. Objeto da Comissão

Nos termos da resolução que a criou, a CEVERA tem por objeto:

a) O levantamento, diagnóstico, sistematização e consensualização,

dum conjunto de medidas jurídico-normativas e político-institucionais, designadamente nos âmbitos da organização política/sistema de governo; do sistema eleitoral e da participação cívica e política; da organização territorial e das relações intrapoderes e na consolidação e reforço do Adquirido Autónomo;

b) A determinação e priorização das soluções possíveis, atento o disposto na alínea anterior;

c) A apresentação de uma proposta a esta Assembleia Legislativa que, na sequência do estipulado na alínea anterior, identifique as principais matérias e normas que devam ser objeto de intervenção política.

3. Objetivos da Comissão

Na prossecução dos seus objetivos, a Comissão deve, entre outros:

a) Fomentar o debate público e a auscultação das entidades públicas e privadas que possam contribuir para a realização dos seus objetivos;

b) Deliberar sobre o pedido de contributos técnicos a entidades públicas ou privadas de reconhecida idoneidade;

c) Analisar e debater os contributos técnicos provenientes de entidades públicas ou privadas que possam colaborar na realização dos seus objetivos.

4. Planificação, calendarização e metodologia dos trabalhos a desenvolver

Na reunião ocorrida a 27 de março de 2017 consensualizou-se o seguinte modo de atuação:

- i. Que não existirão tabus na apreciação das temáticas, sejam criação de partidos regionais, listas de independentes, estados federais, etc., não interessando o quê, a abertura é total, não sendo esta comissão um concurso de ideias nem uma corrida pela paternidade de qualquer sugestão, o importante será conseguir a maior consensualização possível num conjunto vasto de assuntos, o que tornará a tarefa desta Comissão mais assertiva e profícua.
- ii. Que atenta a complexidade da tarefa a desenvolver pela Comissão, dificilmente o relatório final será elaborado em menos de 2 anos após o início das audições.
- iii. Que por tal razão, igualmente ficou decidido que serão elaborados relatórios intercalares senão semestrais pelo menos anuais, para permitir melhor sistematização do andamento dos trabalhos.

- iv. Por proposta do Senhor Presidente foi igualmente decidido solicitar aos serviços da Assembleia Legislativa Regional a gravação e transcrição dos testemunhos e audições, em ordem a facilitar a elaboração do(s) relatório(s) de forma mais fidedigna, e desde não haja oposição de quem seja ouvido.
- v. Que numa primeira fase dever-se-iam ouvir pessoas e entidades com contributos dados, a fim de permitir consolidar ideias e ajudar, com contributos práticos, a delimitar o âmbito concreto dos trabalhos.
- vi. Que todos os partidos políticos deverão apresentar uma carta de princípios, em prazo a definir logo após a conclusão das audições.
- vii. Que nesta primeira fase foi decidido começar por ouvir todos os Presidentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, os Presidentes do Governo da Região Autónoma dos açores, anteriores e atuais, dois professores Universitários, a saber, os Professores Carlos Amaral e Luís Andrade da UA, e ainda o Fórum Açoriano, o Instituto Cultural de Ponta Delgada, o Instituto Açoriano da Cultura, O instituto histórico e o Núcleo Cultural da Horta.

viii. Que finalizada esta primeira fase de audições, deverá ser definida, com consenso a base de trabalhos, tendo sido referidos, a título meramente exemplificativo, os seguintes temas:

- A Extinção do Representante da República e a subsequente transferência das suas atuais competências (quem dará posse e nomeará o Presidente do Governo Regional, quem fiscalizará a constitucionalidade das normas regionais?), o que implicará necessariamente uma revisão constitucional;

- Sistema eleitoral e incremento das formas de participação dos cidadãos e combate à abstenção – isto após e na sequência do recebimento do estudo que, nessa matéria, e por Resolução desta Assembleia, foi encomendado à Universidade dos Açores;

- Coordenação e articulação entre Poder Regional, Poder Local e, atenta a realidades Ilha, articulação também dos órgãos de ilha com funções consultivas (Conselho de Ilha) e com funções executivas (Câmaras Municipais).

- ix. Que tudo isto terá de ser efetuado na sequência das audições e tendo em conta as cartas de princípios apresentadas pelos partidos.
- x. Por proposta do sr. Deputado João Bruto da Costa foi proposto e aceite a criação junto do portal da ALRA de um link para contributos e reflexões dos cidadãos, onde igualmente será publicada a atividade e trabalhos da CEVERA – tendo, até ao momento, sido recebidos três (3) contributos escritos por parte de cidadãos.
- xi. Por proposta do BE, decidiu-se igualmente auscultar os partidos na Assembleia da República e chamar também a juventude para esta reflexão e problemática.
- xii. Foi sugerido igualmente que fossem visitados alguns parlamentos regionais (Madeira e Canárias) a fim de perceber como funcionam e no caso da Madeira para, em face das alterações que ali estão em curso, articular os eventuais contributos de ambos os Parlamentos em matérias que possam ser convergentes.

xiii. Igualmente foi sugerida a audição, em fase posterior, de associações culturais de cariz mais popular, das Santas Casas da Misericórdia, Cáritas, IPSS's e a audição dos plenários dos Conselhos de Ilha.

xiv. Que, tal como referido por vários partidos, parece clara a necessidade de se virem a estabelecer grupos de trabalho, já que teremos matérias tão vastas, designadamente, o domínio público marítimo, ordenamento marítimo e regulamento do mar, o conceito de gestão partilhada e a aclaração do adquirido autonómico ao nível das relações externas.

5. Reuniões realizadas

A CEVERA reuniu nas seguintes data e locais:

A 13 de março de 2017 na sede da ALRAA na cidade da Horta;

A 27 de março de 2017 na delegação da ALRAA na cidade de Ponta Delgada;

A 27 de abril de 2017 na delegação da ALRAA na cidade de Ponta Delgada;

A 04 de Maio de 2017 na delegação da ALRAA na cidade de Angra do Heroísmo;

A 31 de maio de 2017 na sede da ALRAA na cidade da Horta;

A 25 de julho de 2017 na delegação da ALRAA na cidade de Ponta

Delgada.

CAPÍTULO III

TRABALHO REALIZADO

O trabalho realizado pela CEVERA consta vertido nas actas n.ºs 2 a 6 que se anexam ao presente relatório e que fazem parte integrante do mesmo.

CAPÍTULO IV

AUDIÇÕES

As audições realizadas até à presente data constam, de igual modo, em documentos anexos ao presente relatório, tendo em conta que as mesmas foram objeto de gravação e posterior transcrição integral.

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO / RECOMENDAÇÃO

Conforme assumido logo nas primeiras reuniões da CEVERA, atenta a complexidade e dimensão do objeto e objetivos da presente Comissão, entende-se por imperioso recomendar a prorrogação pelo período de 1 ano para efeitos de apresentação do relatório final a este

Plenário.

Horta, 20 de março de 2018

O Relator: João Vasco Costa

O presente relatório foi aprovado por unanimidade na generalidade tendo o PPM votado contra a conclusão.

O Presidente: Francisco Coelho

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Considerando o nosso horário, o debate terá que ser feito da parte da tarde e por isso vou encerrar os trabalhos. Regressamos às 15h00.

Eram 12 horas e 58 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 06 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, interrompemos os nossos trabalhos, esta manhã, com a apresentação do relatório intercalar da CEVERA. Conforme define o artigo 104.º do Regimento, pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então continuar com os nossos trabalhos. Passamos agora para o ponto 15 da nossa Agenda: **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 80/XI – “Prorrogação do prazo para apresentação do relatório final da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia (CEVERA)”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP, BE e Representação Parlamentar do PCP.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, então agora, sim, dou a palavra ao Sr. Deputado Francisco Coelho para apresentar a iniciativa de prorrogação do prazo da CEVERA,

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Permitam-me antes de mais uma precisão, não será tanto apresentar a urgência, até porque ela é subscrita por cinco dos seis grupos e

representações parlamentares que aqui têm assento e também porque, além o seu objeto ser facilmente entendível, a verdade é que também me reservo o direito nesta intervenção de falar em nome do Partido Socialista.

Vêm cinco dos seis grupos e representações parlamentares que integram a CEVERA, solicitar a este Plenário a prorrogação do prazo de vigência da referida Comissão, na sequência do relatório intercalar de atividades, já entretanto apresentado.

Tal facto, de resto, parece-nos absolutamente normal e previsível, face ao histórico deste Parlamento e à magnitude da tarefa proposta.

Efetivamente, todas as comissões eventuais desta Assembleia que trabalharam em reformas institucionais fizeram-no num período relativamente longo, quase sempre até coincidente com a duração da legislatura. Inclusive, a última, que se debruçou sobre a operacionalização do Estatuto Político-Administrativo e que foi presidida pelo Sr. Deputado Clélio Meneses.

De resto, na primeira reunião de trabalho desta Comissão alertei para isso mesmo, conforme dá boa nota o relatório intercalar já hoje aqui apresentado.

E relembrei que a magna tarefa de que estamos incumbidos não era – nem é – comparável com um qualquer concurso de ideias nem é uma corrida por paternidades autorais, que, se bem alimentam a espuma dos dias, não são compagináveis com a perenidade institucional das traves-mestras do sistema autonómico.

Vem isto a propósito dalguma benévola ansiedade que, a respeito do funcionamento deste tipo de comissões, recorrentemente assalta os profissionais do efémero, acerca dos “resultados” e do “trabalho produzido”.

Aconselha-se neste caso, como terapêutica bastante, uma breve mirada retrospectiva à história deste Parlamento e da nossa Autonomia: podemos-nos orgulhar do nosso pensamento autónómico, do seu pioneirismo e do carácter dinâmico dos seus aperfeiçoamentos – quer de forma direta e propositiva, quer por influência decisiva. A este respeito, basta recordar os sucessivos aperfeiçoamentos constitucionais em matéria autónómica, a terceira e sistémica revisão do nosso Estatuto; a revisão da nossa Lei Eleitoral, que lhe introduziu mais verdade representativa, mas também efetivou com sucesso mais pluralidade parlamentar; a Lei das Finanças das Regiões Autónomas e o desagramento fiscal que veio possibilitar, e este, por sua vez, conjugado com medidas de compensação e atenuação prática dos chamados custos da insularidade – em muito melhoraram as condições de vida e o rendimento disponível dos Açorianos.

É que para nós as “rosas normativas” interessam-nos e ocupam-nos, porque sabemos bem que elas, afinal, se traduzem e garantem mais pão e desenvolvimento para os Açorianos, como aliás, e apenas a título de exemplo bem se viu aquando e a respeito da decisão do Tribunal Constitucional acerca do veto preventivo do Orçamento desta Região e desta Casa para 2014.

Insinuar qualquer atraso no nosso persistente ímpeto reformista, quando, por exemplo, o Estatuto da Região Autónoma da Madeira ainda se refere, em letra, ao Ministro da República e continua a guardar subvenções vitalícias...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... – é uma falsidade grosseira e um apoucamento inaceitável e injusto, desde logo deste Parlamento.

Até porque, reitero, o trabalho que temos pela frente e que será feito não é o de compilação de medidas de reforma, que todos têm já, muitos há muito tempo. Não é também o de apresentar, consultando o cardápio do direito comparado, a proposta mais extrema, mais radical ou mais “cool”, como se este esdrúxulo concurso servisse de certidão autonomista bastante – e não será nunca o pequeno protagonismo individual que efetivará qualquer reforma séria e consequente.

Ao invés: será a grandeza de percebermos e aceitarmos pagar o preço de um trabalho outro, de priorização, cedência relativa, consensualização, que garantirá a legitimação das reformas a empreender.

Não haverá qualquer reforma institucional fruto da tentação do “fui eu”, mas só e apenas, poderá resultar da humildade serena de quantos estiverem dispostos a poder dizer apenas “eu também”.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Como se viu já, o PS não pode, mas sobretudo não quer, empreender esta reforma sozinho. E desde logo não pode porque

contribuiu, decisiva e voluntariamente, para a consagração de maiorias qualificadas em diplomas estruturantes como o nosso Estatuto ou a Lei Eleitoral.

Mas sobretudo não quer, porque sabe que só a legitimação dum consenso alargado tornará possível efetivar qualquer reforma e vencer os vários centralismos.

Mas é claro que, embora cientes das dificuldades e dos obstáculos, sabedores de que hoje como sempre, há “Corsários à vista”, lá e cá, saberemos sempre hierarquizar princípios e obstáculos, não confundindo a árvore com a floresta, nem esta com o arbusto.

Mas é claro que há sinais positivos de vários quadrantes e forças políticas, que mostram empenhamento, confiança e sólida vontade reformista.

Com estes, que gostaríamos que todos fossem, havemos de ser dignos da nossa História, da nossa Gente, do nosso Povo e da nossa Terra – numa persistente e orgulhosa portugalidade atlântica, livremente auto-administrada.

E logo agora, parece que a propósito, que passam 42 anos sobre os obstáculos constitucionais à consagração do Regime Autónimo vigente – aqueles mesmos que levaram Nemésio a transformar a sua indignação no poema: “Corsários à vista”.

Onde, depois de reafirmar: “vamos salvar as ilhas”. Eu tenho lá ossos de pai e mãe. Sujo seria se não acudisse ao chamado” - nos deixou, quando for caso disso, o nobre encargo de uma promessa sempre aberta:

“Estes filhos de cerva hão de afinal entrar na linha,
E levar nas canelas,
Metidos nos porões
(as moças às janelas),
Os grilhões
Que nos queriam enfiar à sucapa
Nos pulsos duros da canga,
Eles que nos tratam como se andássemos de tanga.
(Até que me passe a zanga).”

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.
Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Não havendo inscrições vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado com 27 votos a favor do Partido Socialista, 13 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Terminámos os trabalhos da nossa Agenda. Passo agora a ler a Proposta de Deliberação final:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de março”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Deliberação Final apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa tarde a todos e bom regresso a casa.

Eram 15 horas e 19 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Renata Correia Botelho

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Jaime Luís Melo Vieira

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Social Democrata (PSD)

Maria João Soares Carreiro

Paulo Henrique Parece Batista

(*) Texto não revisto pelo Orador

Documentos entrados

Listagem da correspondência

1 – Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: Regime jurídico da venda e consumo de bebidas alcoólicas na Região Autónoma dos Açores – n.º 16/XI

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 03 – 19

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 04 – 21;

Assunto: Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/A, de 24 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/A, de 14 de outubro – n.º 17/XI

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 03 – 19

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2018 – 04 – 21.

2 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Substituição do Projeto de Resolução - Prorrogação do prazo para apresentação do Relatório final da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia \(CEVERA\) – n.º 80/XI](#)

Proveniência: PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP

Data de Entrada: 2018 –03– 21

Pedido de Urgência e dispensa de exame em Comissão;

3 – Requerimentos:

Assunto: [Relatórios da Atividade Assistencial e do Plano Geral de Atividades da Unidade de Saúde da Ilha Terceira \(USIT\)](#)

Autor: Duarte Freitas, Mónica Seidi, Luís Maurício, António Viveiros, Paulo Parece, Maria João Carreiro e Jorge Jorge (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 03 – 21

Referência: 54.03.03 – N.º 412/XI;

Assunto: [Descrição imprecisa de objetos de investimentos privados apoiados pelo Competir +](#)

Autor: Zuraida Soares e António Lima (BE)

Data de Entrada: 2018 – 03 – 21

Referência: 54.06.00 – N.º 413/XI;

Assunto: [Política Agrícola Comum Pós 2020 - Posição do Governo desconhecida pelo Parlamento](#)

Autor: António Almeida (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 03 – 22

Referência: 54.03.00 – N.º 414/XI.

4 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício XIII-3177/GPAR-ab, de 13 de março de 2018 a acusar a receção e informar que a Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 9/2018 – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no sentido de exigir ao Governo da República a reparação dos danos ambientais causados pelas forças militares norte-americanas estacionadas na Base das Lajes”, foi levada ao conhecimento dos Senhores Deputados da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, da Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, bem como à Divisão de Apoio ao Plenário

Proveniência: Maria José Ribeiro, Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 03– 19;

Assunto: Ofício XIII-3179/GPAR-Ig, de 13 de março de 2018 a acusar a receção e agradecer o envio da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 11/2018 – “União Europeia pós 2020”

Proveniência: Maria José Ribeiro, Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 03– 20.

5 – Relatórios:

Assunto: [Ante-Período Legislativo de março de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 03 – 20;

Assunto: [Ante-Período Legislativo de março de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 03 – 19;

Assunto: [Audição do Gestor Público nomeado para a Presidência do Conselho de Administração do IROA, S.A.](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 03 – 22;

Assunto: [Intercalar relativo à apresentação de propostas legislativas inseridas no âmbito e objeto da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia \(CEVERA\)](#)

Proveniência: Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia (CEVERA)

Data de Entrada: 2018 – 03 – 21;

6 – Diários:

Consideram-se aprovados os Diários n.^{os} 45, 46, 47 e 48.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco